



EQUILIBRE O JOGO!

É HORA DE ACABAR COM
A DESIGUALDADE EXTREMA

SUMÁRIO EXECUTIVO



OXFAM

ENDOSSOS

KOFI ANNAN

Presidente do Africa Progress Panel,
ex-secretário-geral das Nações Unidas
e ganhador do Prêmio Nobel

A imensa distância entre ricos e pobres está em um ponto crucial. Ela tanto pode aprofundar-se ainda mais, colocando em risco os esforços para reduzir a pobreza ou podemos fazer mudanças concretas agora para revertê-la. Este valioso relatório da Oxfam é um levantamento dos problemas causados pela extrema desigualdade e das opções políticas que os governos podem adotar para construir um mundo mais justo, com igualdade de oportunidades para todos nós. Este relatório é um chamado à ação para um bem comum. Precisamos atender esse chamado.

PROFESSOR JOSEPH STIGLITZ

Universidade de Colúmbia, ganhador do Prêmio
Nobel de Economia

As extremas desigualdades de renda e patrimônio que vemos hoje em grande parte do mundo prejudicam nossas economias, nossas sociedades e enfraquecem nossa política. Embora seja evidente que todos nós devemos nos preocupar com isso, são os mais pobres que mais sofrem, enfrentando não apenas resultados, mas também oportunidades muito desiguais na vida. O relatório da Oxfam surge oportunamente para lembrar que qualquer esforço real para acabar com a pobreza tem de enfrentar as escolhas em políticas públicas que criam e alimentam as desigualdades.

NAWAL EL SAADAWI

Escritor e ativista egípcio

O relatório da Oxfam revela um novo desafio para o mundo patriarcal capitalista e o seu chamado mercado livre. Precisamos lutar juntos, em âmbito global e local, para construir um novo mundo baseado na igualdade real entre as pessoas, independentemente de gênero, classe, religião, raça, nacionalidade, identidade ou outra questão.

ANDREW HALDANE

Economista-chefe, Banco da Inglaterra

Quando a Oxfam nos disse, em janeiro de 2014, que as 85 pessoas mais ricas do mundo têm a mesma riqueza que a metade mais pobre da humanidade, a organização tocou em um ponto moral nevrálgico da grande maioria das pessoas. Agora, este relatório abrangente vai além das estatísticas para explorar a relação fundamental entre a desigualdade e a pobreza persistente. Apresenta também algumas soluções. Ao ressaltar o problema da desigualdade, a Oxfam não fala apenas sobre os interesses dos mais pobres, mas também sobre o nosso interesse coletivo: há evidências crescentes de que a desigualdade extrema, duradoura e significativa, prejudica a estabilidade do sistema financeiro e o crescimento da economia. Isso atrasa o desenvolvimento humano, social e do capital físico necessário para elevar os padrões de vida e melhorar o bem-estar. Essa ficha está começando a cair entre os formuladores de políticas e os políticos. Há um imperativo – moral, econômico e social – para desenvolver medidas e políticas públicas de combate à desigualdade crescente. O relatório da Oxfam é um valioso passo para alcançar esse objetivo.

JEFFREY SACHS

Diretor do Earth Institute da Universidade de Colúmbia

A Oxfam repete: um forte apelo à ação contra a tendência de aumento da desigualdade no mundo todo. E o relatório vem na hora certa, pois os governos no mundo todo estão prestes a adotar Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2015. O desenvolvimento sustentável significa prosperidade econômica inclusiva e ambientalmente sustentável. Contudo, a maior parte do crescimento atual não é sustentável nem inclusivo. Os ricos ficam mais ricos enquanto os pobres e o planeta pagam por isso. A Oxfam deixa claro como podemos e devemos mudar o rumo: tributação mais justa, fim dos paraísos fiscais e do sigilo, igualdade de acesso de ricos e pobres a serviços essenciais como saúde e educação; quebra do círculo vicioso da riqueza e do poder pelo qual os ricos manipulam nossa política para enriquecer ainda mais. A Oxfam delinea um rumo claro a seguir. Devemos todos nos mobilizar pela causa do crescimento inclusivo e sustentável no centro dos ODS do próximo ano.

JAY NAIDOO

Presidente do Conselho de Administração e presidente do Conselho de Parcerias, Global Alliance for Improved Nutrition

Todos aqueles que se preocupam com o nosso futuro comum deveriam ler este relatório da Oxfam. O aumento da desigualdade tornou-se a maior ameaça à paz mundial, e sem dúvida, para a sobrevivência da espécie humana. A crescente concentração de riqueza nas mãos de muito poucos tem aprofundado as crises econômica e ecológica, que por sua vez têm levado a uma escalada da violência em todos os cantos do nosso planeta em combustão.

ROSA PAVANELLI

Secretária-geral, Internacional de Serviços Públicos (ISP)

As respostas que a Oxfam oferece são simples, inteligentes e totalmente viáveis. A barreira entre elas e uma mudança real é a falta de vontade política. Nossa tarefa é fazer com que o apelo seja ouvido. Dar ação à urgência. Expor incessantemente a injustiça e exigir uma solução. A hora de agir é agora.

KATE PICKETT E RICHARD

WILKINSON

Coautores de *The Spirit Level*

Este relatório é o primeiro passo para mudar as políticas que têm enriquecido poucos em detrimento de muitos. É leitura essencial para todos os governos, para os formuladores de políticas e todos aqueles que já não aguentam mais sacrificar o bem-estar público em prol desse 1%.

HA-JOON CHANG,

Economista da Universidade de Cambridge

“Equilibre o jogo!” é o melhor resumo da razão pela qual combater a desigualdade é de extrema importância para o desenvolvimento global. O abismo entre ricos e pobres é errado em si mesmo, além de ser uma fonte de desperdício humano e econômico desnecessário. Peça que leiam o relatório e se juntem à campanha global por um mundo mais justo.

EQUILIBRE O JOGO!

É HORA DE ACABAR COM
A DESIGUALDADE EXTREMA

SUMÁRIO EXECUTIVO



AGRADECIMENTOS

O relatório foi escrito e coordenado por Emma Seery e Ana Caistor Arendar, com colaboração e capítulos escritos por Ceri Averill, Nick Galasso, Caroline Green, Duncan Green, Max Lawson, Catherine Olier, Susana Ruiz e Rachel Wilshaw.

Muitos colegas fizeram contribuições por escrito e deram apoio à redação final deste relatório. Uma menção especial deve ser feita a Gregory Adams, Ed Cairns, Rosa Maria Cañete, Teresa Caverro, Sarah Dransfield, Kate Geary, Jessica Hamer, Deborah Hardoon, Mohga Kamal-Yanni, Didier Jacobs, Roberto Machado, Araddhya Mehta, Pooven Moodley, Jessica Moore, Katy Wright, Katharina Down and Katie Malouf, Robbie Silverman, Katherine Trebeck, Daria Ukhova e Andrew Yarrow.

A Oxfam agradece às pessoas e instituições abaixo pela oportunidade de consulta para uma versão preliminar deste trabalho, assim como por seus comentários e apoio: Andrew Berg (FMI), Laurence Chandy (The Brookings Institution), professora Diane Elson, Chris Giles (*Financial Times*), professora Kathleen Lahey, professora Kate Pickett, Michael Sandel (autor de *What Money Can't Buy: The Moral Limits of Market*, Harvard), Olivier de Schutter (consultor honorário da Oxfam), Mark Thomas (PA Consulting Services), Kevin Watkins (Overseas Development Institute).

A produção do relatório é de Jonathan Mazliah. O texto foi editado por Mark Fried e Jane Garton. O projeto gráfico é da Soapbox.

Capa:

Um homem empurra sua bicicleta, carregada de melões, em frente a um outdoor que anuncia o serviço de primeira classe da *Oman Air* (2013). Foto: Panos/GMB AKASH



PREFÁCIO

Nas últimas décadas observamos um progresso humano inacreditável – na África e no mundo todo. Mas esse progresso está ameaçado pelo flagelo da desigualdade que aumenta cada vez mais rápido.

Este relatório da Oxfam é um retrato contundente e oportuno da crescente desigualdade que caracteriza atualmente grande parte da África e do mundo. Sete em cada dez pessoas vivem em países onde a desigualdade cresce rapidamente, e aquelas pessoas que ocupam o topo da escala social estão deixando as outras para trás.

Combater a disparidade entre as pessoas mais ricas e as mais pobres, assim como o impacto dessa disparidade sobre outras desigualdades predominantes entre homens e mulheres e entre raças, que tornam insuportável a vida daqueles que estão na base da pirâmide social, é um imperativo do nosso tempo. É grande demais o número de crianças que já nascem com seu futuro refém da baixa renda dos pais, do seu gênero e da sua raça.

A boa notícia é que essa desigualdade crescente não é inevitável. Tem solução. O relatório contém muitos exemplos de sucesso inspiradores. Espero que muitas pessoas, desde autoridades governamentais, líderes empresariais e da sociedade civil, bem como instituições bilaterais e multilaterais, examinem este documento, reflitam sobre suas recomendações e adotem medidas consistentes para combater a explosão da desigualdade.

GRAÇA MACHEL

Fundadora, Graça Machel Trust



PREFÁCIO

Tenho lutado contra a desigualdade durante toda a minha vida. Em Uganda, onde cresci, minha família não tinha muito, mas éramos uma das famílias em melhor situação no nosso vilarejo. Minha melhor amiga e eu íamos juntas para a escola todos os dias. Eu tinha um par de sapatos, mas ela andava com os pés descalços. Eu não entendia isso naquela época e ainda não entendo hoje. A desigualdade deve ser combatida em todos os momentos, em cada passo dado.

Muitos dos países mais pobres progrediram bastante no combate à pobreza; progresso que vi com meus próprios olhos durante minhas visitas a alguns dos lugares mais problemáticos do mundo. Mas esse progresso está sendo ameaçado pela crescente desigualdade. Dinheiro, poder e oportunidades estão concentrados nas mãos de poucos e à custa da maioria.

Uma criança nascida em uma família rica, mesmo que nos países mais pobres, frequentará as melhores escolas e receberá assistência médica da mais alta qualidade se adoecer. Ao mesmo tempo, as famílias pobres verão seus filhos morrerem, abatidos por doenças facilmente evitáveis, porque não têm dinheiro para pagar pelo tratamento. A realidade é que, em todo o mundo, as pessoas mais ricas conseguem viver mais tempo, ser mais felizes e ter mais saúde e podem usar sua riqueza para que o mesmo ocorra com seus filhos.

As persistentes desigualdades entre homens e mulheres só exacerbam essas disparidades. Em todos os lugares para onde vou com a Oxfam – e sempre que volto para Uganda –, vejo evidências disso. Na África Subsaariana, 50% das mulheres dão à luz, sozinhas, em condições insalubres. Nenhuma dessas mulheres é rica. O status inferior das mulheres na sociedade significa que a questão da saúde materna está negligenciada nas alocações orçamentárias, deixando hospitais e clínicas públicas com falta de recursos e pessoal. Ao mesmo tempo, esposas, irmãs e filhas das famílias mais ricas e poderosas nesses países têm seus filhos em hospitais privados e recebem cuidados de médicos e parteiras capacitados.

Isso não pode continuar. Mas a nossa capacidade de falar e de ser ouvido sobre como as sociedades em que vivemos são governadas está sendo ameaçada pela concentração da riqueza nas mãos de poucos. As pessoas mais abastadas podem usar seu poder financeiro – e a influência que vem com ele – para influenciar que as leis e as escolhas políticas pendam ao seu favor, reforçando ainda mais a sua situação de poder. Tanto nos países ricos quanto nos pobres, o dinheiro gera poder e privilégio à custa dos direitos da maioria.

As pessoas foram negligenciadas por tempo demais, fato que deflagrou manifestações e indignações populares por todo o mundo. Indignação porque os governos eleitos representam os interesses de poucas pessoas poderosas e negligenciam sua responsabilidade de garantir um futuro digno para todos. Indignação porque bancos e banqueiros, cuja imprudência acarretou a crise financeira, foram salvos, enquanto as pessoas mais pobres tiveram de arcar com os custos. Indignação porque as corporações gigantes conseguem sonegar seus impostos e escapar impunemente pagando salários miseráveis.

Muitos de vocês vão se perguntar se podemos fazer alguma coisa para mudar essa situação. A resposta é um confiante “sim”. A desigualdade não é inevitável. Ela é o resultado de escolhas políticas. Este relatório se preocupa em explorar escolhas e ações políticas que podem reverter esse quadro: partindo de serviços públicos de saúde e educação gratuitos que ajudem a todos e, ao mesmo tempo, assegurem que os pobres não sejam negligenciados; passando por salários dignos que ponham fim ao trabalho que mantém a pobreza; com uma tributação progressiva, para que os ricos paguem sua justa parcela; e por fim com a criação de espaços protegidos onde as pessoas possam ter voz e opinião sobre as sociedades em que vivem.

A Oxfam se solidariza com pessoas de todas as regiões do planeta que estão exigindo um mundo mais igual e o fim da desigualdade extrema.

WINNIE BYANYIMA

Diretora-Executiva, Oxfam

INTRODUÇÃO

Nthabiseng nasceu em uma família negra e pobre em Limpopo, área rural da África do Sul. No mesmo dia, ali perto, nasceu Pieter, em um subúrbio rico da Cidade do Cabo. A mãe de Nthabiseng não tinha escolaridade formal e o pai estava desempregado, ao passo que os pais de Pieter eram formados pela Universidade Stellenbosch e tinham empregos bem pagos.

Como resultado, as oportunidades de vida de Nthabiseng e as de Pieter são extremamente diferentes. A probabilidade de Nthabiseng morrer em seu primeiro ano de vida é quase uma vez e meia maior do que para Pieter,¹ que, por sua vez, provavelmente viverá 15 anos a mais que Nthabiseng.²

Pieter completará em média 12 anos de estudo e é muito provável que vá para a universidade, enquanto Nthabiseng terá sorte se conseguir concluir um ano de estudo.³ Coisas elementares como vasos sanitários limpos, água potável ou serviço de saúde decente⁴ estarão fora do alcance de Nthabiseng. Se ela tiver filhos, a chance é muito grande de que eles também cresçam igualmente pobres.⁵

Embora Nthabiseng e Pieter não tenham nenhuma escolha sobre onde nascer, sobre seu gênero ou sobre o patrimônio e a escolaridade dos seus pais, os governos têm a escolha de intervir para “equilibrar o jogo”, ou seja, nivelar para cima as oportunidades de vida das pessoas. Sem uma ação deliberada, no entanto, essa injustiça será reproduzida em países do mundo todo.

(Este raciocínio foi reproduzido do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, de 2006. A Oxfam atualizou os fatos sobre as oportunidades de vida na África do Sul)⁶

De Gana à Alemanha, da África do Sul à Espanha, a distância entre ricos e pobres está aumentando rapidamente, e a desigualdade econômica* atingiu níveis extremos. Na África do Sul, a desigualdade atualmente é maior do que era na época do fim do *apartheid*.⁸

As consequências são corrosivas para todos. A desigualdade extrema corrompe a política, prejudica o crescimento econômico e impede a mobilidade social. Ela fomenta a criminalidade e até conflitos violentos, desperdiça talentos, frustra potenciais e solapa os alicerces da sociedade.

De modo crucial, o rápido crescimento da desigualdade econômica extrema está obstruindo a eliminação da pobreza global. Hoje, centenas de milhões de pessoas não têm acesso à água potável e não têm comida suficiente

* A desigualdade tem muitas dimensões diferentes, entre elas as de raça, gênero, geografia e economia, as quais raramente aparecem de forma isolada. Este relatório preocupa-se principalmente com a concentração de recursos financeiros e patrimoniais nas mãos de uns poucos, o que pode afetar os processos políticos, sociais e culturais em detrimento dos mais vulneráveis. Assim sendo, neste relatório, o termo ‘desigualdade’ se refere à desigualdade econômica extrema (patrimônio e renda). Ao nos referirmos às várias dimensões da desigualdade, fazemos essas distinções.

//

Houve guerra de classes durante os últimos 20 anos, e a minha classe venceu.

WARREN BUFFET
A QUARTO PESSOA MAIS
RICA DO MUNDO⁷

//

para alimentarem suas famílias. Muitos trabalham à exaustão apenas para sobreviver. Só poderemos melhorar a vida da maioria se lutarmos contra a extrema concentração de riqueza e poder nas mãos das elites.

As várias décadas de experiência da Oxfam nas comunidades mais pobres do mundo têm nos ensinado que a pobreza e a desigualdade não são inevitáveis nem acidentais, mas o resultado de escolhas políticas deliberadas. É possível reverter a desigualdade. O mundo precisa de ação conjunta para construir um sistema econômico e político mais justo que valorize todas as pessoas. As regras e os sistemas que acarretaram a explosão da desigualdade atualmente precisam mudar. Ações urgentes são necessárias para equilibrar as regras do jogo mediante a implementação de políticas para redistribuir o dinheiro e o poder das elites abastadas para a maioria.

Ao trabalhar com pesquisas e exemplos do mundo inteiro, este relatório mostra a escala do problema da desigualdade econômica extrema e revela os diversos perigos que isso representa para as pessoas em toda parte. Este documento identifica as duas forças motrizes que propiciaram o rápido aumento da desigualdade em tantos países: fundamentalismo de mercado e captura da política pelas elites. Além disso, destaca algumas medidas concretas que podem ser adotadas para enfrentar essa ameaça e apresenta evidências de que a mudança pode ocorrer.

A desigualdade econômica extrema disparou no mundo durante os últimos 30 anos, transformando-se em um dos maiores desafios econômicos, sociais e políticos do nosso tempo. Desigualdades antigas com base em gênero, casta, raça e religião – injustas por si só – são exacerbadas pela crescente distância entre aqueles que têm posses e os que não as têm.

Enquanto a Oxfam lança sua campanha “Equilibre o jogo!” em âmbito mundial, nós nos unimos a uma explosão de vozes como as de bilionários, líderes religiosos e chefes de instituições, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, além de sindicatos, movimentos sociais, organizações de mulheres e milhões de pessoas comuns no mundo todo. Juntos, exigimos que líderes no mundo inteiro tomem uma atitude para enfrentar a desigualdade extrema antes que seja tarde demais.

//

Extremas disparidades de renda estão retardando o ritmo da redução da pobreza e dificultando o crescimento econômico de base ampla.

KOFI ANNAN
PAINEL PARA O PROGRESSO
DA ÁFRICA 2012⁹

//

A CRESCENTE DISTÂNCIA ENTRE RICOS E POBRES



Leonard Kufeketa, 39, vendendo escovas em Johannesburgo, África do Sul (2014).
Foto: Zed Nelson

As tendências da renda e da riqueza revelam uma história clara: a distância entre ricos e pobres atingiu novos patamares e continua crescendo, enquanto o poder está cada vez mais nas mãos das elites.

A desigualdade entre os países cresceu rapidamente entre 1980 e 2002 para um nível muito alto.¹⁰ Desde então, ela tem caído ligeiramente devido ao crescimento de países emergentes, em particular da China. Mas é a desigualdade dentro dos países que mais importa à maioria das pessoas, uma vez que os mais pobres lutam para sobreviver enquanto seus vizinhos prosperam. A desigualdade aumenta rapidamente na maior parte dos países. Sete entre 10 pessoas vivem em países nos quais a distância entre ricos e pobres é maior do que era há 30 anos.¹¹ Em países no mundo todo, uma minoria abastada se apropria de uma parcela cada vez maior da renda nacional.¹²

No mundo todo, a desigualdade com relação à riqueza individual é ainda mais extrema. A Oxfam calculou que, em 2014, as 85 pessoas mais ricas do planeta tinham uma fortuna igual à soma das posses da metade mais pobre da humanidade.¹³ Entre março de 2013 e março de 2014, essas 85 pessoas ficaram US\$ 668 milhões mais ricas a cada dia.¹⁴ Se Bill Gates quisesse gastar toda a sua fortuna e gastasse US\$ 1 milhão por dia, levaria 218 anos para gastar tudo.¹⁵ Na verdade, porém, ele jamais ficaria sem dinheiro: mesmo um modesto retorno de menos de 2% lhe renderia US\$ 4,2 milhões por dia só de juros.

Desde a crise financeira, o número de bilionários no mundo tem mais que dobrado, aumentando para 1645 pessoas.¹⁶ Mas a riqueza extrema não é apenas história de um país rico. O homem mais rico do mundo é o mexicano Carlos Slim, que desbancou Bill Gates do topo em julho de 2014. Hoje, existem 16 bilionários na África Subsaariana,¹⁷ ao lado de 358 milhões de pessoas vivendo em extrema pobreza.¹⁸ No mundo todo, níveis absurdos de riqueza coexistem com uma pobreza desesperadora.

O benefício potencial de deter o enriquecimento desenfreado, nem que seja por uma quantia minúscula, também nos revela uma história impactante. A Oxfam

calculou que, se um imposto de apenas 1,5% da fortuna dos bilionários do mundo fosse usado imediatamente após a crise financeira de 2008, poderia ter salvado 23 milhões de vidas nos 49 países mais pobres, proporcionando-lhes dinheiro para investir em assistência à saúde.¹⁹ O número de bilionários e a soma de suas fortunas cresceram tão rapidamente que, em 2014, um imposto de 1,5% arrecadaria o suficiente para financiar a cobertura universal de saúde naqueles países por um ano e também pagar para que todas as crianças do mundo frequentem a escola.²⁰

Algumas desigualdades são necessárias para premiar talento, conhecimentos especializados e disposição para inovar e assumir riscos de empreendimentos. Contudo, as desigualdades econômicas extremas da atualidade minam o crescimento e o progresso, além de inviabilizarem o investimento no potencial de centenas de milhões de pessoas.

UM IMPOSTO DE APENAS 1,5% PODERIA TER SALVO 23 MILHÕES DE VIDAS



A DESIGUALDADE ECONÔMICA EXTREMA PREJUDICA A TODOS

Desigualdade extrema: um obstáculo à redução da pobreza

O rápido aumento da desigualdade econômica extrema é significativamente prejudicial à luta contra a pobreza. Uma nova pesquisa da Oxfam mostrou que, no Quênia, na Indonésia e na Índia, milhões de pessoas a mais poderiam ser retiradas da pobreza se a desigualdade de renda fosse reduzida.²¹ Se a Índia impedisse o crescimento da desigualdade, tal nação poderia retirar da pobreza extrema 90 milhões de pessoas até 2019. Se a Índia for ainda mais longe e reduzir a desigualdade em 36%, o país poderia praticamente eliminar a pobreza extrema.²² O *The Brookings Institution* também desenvolveu cenários que mostram como a desigualdade está impedindo a erradicação da pobreza em âmbito mundial. Em um cenário no qual a desigualdade é reduzida, são retiradas da pobreza mais 463 milhões de pessoas, em comparação com um cenário de aumento da desigualdade.²³

A distribuição de renda em um país tem impacto significativo nas oportunidades de vida da sua população. A renda média em Bangladesh, por exemplo, é semelhante à da Nigéria. A Nigéria é ligeiramente mais rica, mas é uma sociedade muito menos igualitária. Consequentemente, uma criança nascida na Nigéria tem três vezes mais chances de morrer antes dos cinco anos do que uma nascida em Bangladesh.²⁴

Líderes no mundo todo estão debatendo novas metas globais para acabar com a pobreza extrema até 2030. Mas, a menos que estabeleçam uma meta para enfrentar a desigualdade econômica, eles não terão sucesso – e inúmeras vidas serão perdidas.

A desigualdade extrema mina o crescimento econômico que favorece a maioria

Há uma suposição de que enfrentar a desigualdade pode prejudicar o crescimento econômico. Na verdade, um sólido volume de evidências recentes mostra que as desigualdades extremas dificultam o crescimento.²⁵ Em países com desigualdades econômicas extremas, o crescimento não dura muito e o crescimento futuro fica prejudicado.²⁶ Economistas do FMI documentaram recentemente como a desigualdade econômica contribuiu para causar a crise financeira global.²⁷ O argumento a favor do “crescimento” contra o enfrentamento das desigualdades econômicas claramente não se sustenta mais.

As desigualdades extremas também reduzem o impacto do crescimento na redução da pobreza.²⁸ Em muitos países, o crescimento econômico já significa um golpe de sorte do tipo “o vencedor leva tudo” para os mais ricos da sociedade. Por exemplo: na Zâmbia, o PIB *per capita* cresceu em média 3% ao ano entre 2004 e 2013, empurrando o país para a categoria de renda média aferida pelo Banco Mundial. Apesar desse crescimento, o número de pessoas que vivem com renda abaixo da linha da pobreza (de US\$ 1,25) cresceu de 65% em 2003 para 74% em 2010.²⁹ Pesquisas da Oxfam³⁰ e do Banco Mundial³¹ sugerem que essa desigualdade é o elo que estava faltando para explicar como uma mesma taxa de crescimento pode ocasionar diferentes índices de redução da pobreza.

A desigualdade econômica agrava desigualdades entre mulheres e homens

Uma das formas mais generalizadas – e antigas – da desigualdade é a que existe entre homens e mulheres. Há uma relação muito forte entre desigualdade de gênero e desigualdade econômica.

Os homens são super-representados no topo da escala de renda e ocupam mais cargos de poder, como o de ministros e líderes empresariais. Somente 23 presidentes das 500 empresas citadas no ranking “Fortune 500” e apenas três das 30 pessoas mais ricas do mundo são mulheres. Enquanto isso, as mulheres compõem a grande maioria dos trabalhadores mais mal pagos e em postos de trabalho mais precários. Em Bangladesh, por exemplo, as mulheres representam quase 85% dos trabalhadores no setor de vestuário. Esses postos de trabalho, embora muitas vezes melhores para as mulheres do que o trabalho na agricultura de subsistência, oferecem um mínimo de segurança no emprego

//

O poder do crescimento econômico para reduzir a pobreza [...] tende a diminuir tanto com o nível inicial de desigualdade, quanto com os aumentos da desigualdade durante o processo de crescimento.

F. FERREIRA E M. RAVALLION³²

//

<

Apenas três

das 30 pessoas mais ricas do mundo são mulheres.

>

e até mesmo física: a maioria das pessoas mortas no desmoronamento da fábrica de roupas Rana Plaza, em abril de 2013, era composta de mulheres.

Estudos mostram que nas sociedades com maior desigualdade econômica: a) o número de mulheres que conclui o ensino superior é menor; b) menos mulheres estão representadas no Legislativo; e c) a diferença de salário entre homens e mulheres é maior.³³ O rápido aumento na desigualdade econômica registrado recentemente na maioria dos países é, portanto, um forte golpe nos esforços para se atingir a igualdade de gênero.

A desigualdade econômica fomenta desigualdades em saúde, educação e oportunidades de vida

Componentes como gênero, casta, raça, religião, etnia e uma série de outras identidades que são imputadas às pessoas desde o nascimento também desempenham papel importante na criação da divisão entre aqueles que têm posses e os que não as têm. No México, a taxa de mortalidade materna para mulheres indígenas é seis vezes maior do que a média nacional e é tão alta quanto a taxa de muitos países da África.³⁴ Na Austrália, os aborígenes e os povos do Estreito de Torres são desproporcionalmente afetados por pobreza, desemprego, doenças crônicas e deficiências. Eles têm mais probabilidade de morrer jovem e de ir para a cadeia.

A desigualdade econômica também causa imensas diferenças em termos de oportunidades de vida: as pessoas pobres estão em grande desvantagem em questões ligadas à escolaridade e à expectativa de vida. Com base nos resultados mais recentes do Programa de Pesquisa Demográfica e de Saúde, de âmbito nacional na Etiópia,³⁵ a Oxfam mostrou como a pobreza interage com desigualdades econômicas e de outros tipos para criar “armadilhas de desvantagens” que empurram os mais pobres e marginalizados para o fundo – e os mantêm lá.

Os 20% mais pobres dos etíopes têm três vezes mais probabilidade de não frequentar a escola do que os 20% mais ricos. Quando consideramos o impacto da desigualdade de gênero, combinada com a desigualdade econômica e a desigualdade entre as áreas rurais e urbanas, a distância é muito maior entre os que têm posses e os que não as têm. As mulheres mais pobres das áreas rurais têm quase seis vezes mais probabilidade de nunca frequentar a escola do que os homens mais ricos das áreas urbanas.³⁶ Sem um esforço deliberado para combater essa injustiça, o mesmo será verdade para os seus filhos e netos.

<

Somente **23**

dos presidentes das 500
empresas citadas na
revista Fortune.

>

Condenado à pobreza por gerações

“Meus pais não tiveram acesso à educação. Minha mãe não foi à escola. Meu pai frequentou até o quinto ano do ensino fundamental em uma escola pública e entendeu a importância da educação. Ele me incentivou a estudar duro nas aulas. Eu fui a primeira pessoa da minha família ou do meu clã a frequentar uma escola pública de ensino médio. Mais tarde, entrei na faculdade e fiz um curso de formação de professores antes de participar de treinamento especializado no setor de ONGs e ter a oportunidade de fazer estudos de desenvolvimento no exterior.

Sei que, hoje em dia, quase 75% do ingresso em faculdades vem de escolas privadas. A universidade está além do alcance do malauiano comum. Não posso afirmar com certeza, mas acredito que, se eu tivesse nascido hoje nas mesmas circunstâncias em que nasci, teria permanecido na aldeia como um agricultor pobre.”

John Makina, Diretor Nacional da Oxfam no Maláui

Muitos acham que certo nível de desigualdade econômica é aceitável, desde que aqueles que estudam muito e trabalham duro sejam capazes de ter sucesso e ficar mais ricos. Essa ideia está profundamente enraizada nos discursos populares e é reforçada em dezenas de filmes de Hollywood, cujas histórias de gente que enriquece da noite para o dia continuam a alimentar o mito do sonho norte-americano em todo o mundo. No entanto, em países com desigualdade extrema, a realidade é que os filhos dos ricos quase sempre ocupam o lugar de seus pais na hierarquia econômica, assim como os filhos dos pobres ocupam o lugar de seus pais— independentemente de seu potencial ou do quão duro trabalhem.

Pesquisadores demonstraram que, nos 21 países cujos dados estão disponíveis, há uma forte correlação entre a desigualdade extrema e a baixa mobilidade social.³⁸ Em outras palavras, se você nasceu pobre em um país altamente desigual, você provavelmente vai morrer pobre e seus filhos e netos também serão pobres. No Paquistão, por exemplo, um menino nascido em uma área rural cujos pais pertencem aos 20% mais pobres da população tem chance de apenas 1,9% de chegar à posição dos 20% mais ricos.³⁹ Nos EUA, quase a metade das crianças nascidas em famílias de baixa renda tornam-se adultos de baixa renda.⁴⁰

Em todo o mundo, a desigualdade está zombando das esperanças e ambições de bilhões de pessoas que estão entre as mais pobres. Sem intervenções políticas em defesa da maioria, essa cascata de privilégios e desvantagens continuará por gerações.

//

Se os americanos querem viver o ‘sonho americano’, deveriam ir para a Dinamarca.

RICHARD WILKINSON
COAUTOR DE *THE SPIRIT LEVEL*³⁷

//

//

Nenhuma sociedade pode sustentar esse tipo de desigualdade crescente. Na verdade, não há um exemplo na história da humanidade em que se tenha acumulado tanta riqueza sem que ocorressem rebeliões.

NICK HANAUER
BILIONÁRIO E EMPRESÁRIO
AMERICANO⁴¹

//

A desigualdade ameaça a sociedade



Uma mulher passa por dois policiais fortemente armados, que guardam uma loja de departamentos em Manhattan (2008).
Foto: Panos/Martin Roemers

Pelo terceiro ano consecutivo, o relatório *Riscos Globais* do Fórum Econômico Mundial apontou a “grande disparidade de renda” como um dos principais riscos globais para a próxima década.⁴² Um número crescente de evidências também demonstrou que a desigualdade econômica está associada a uma série de problemas de saúde e sociais, incluindo doenças mentais e crimes violentos.⁴³ Isso se aplica igualmente a países ricos e pobres e tem consequências negativas tanto para as pessoas mais ricas quanto para as mais pobres.⁴⁴ A desigualdade prejudica a todos.

As taxas de homicídios são quase quatro vezes mais altas em países com desigualdade econômica extrema do que em nações mais igualitárias.⁴⁵ A América Latina – região mais desigual e insegura do mundo⁴⁶ – definitivamente ilustra essa tendência.⁴⁷ O continente reúne 41 das 50 cidades mais violentas do mundo⁴⁸ e foi o palco de um milhão de assassinatos entre os anos de 2000 e 2010.⁴⁹ Países desiguais são lugares perigosos para se viver.

Muitos dos países mais desiguais do mundo são afetados também por conflitos ou instabilidade. Em conjunto com uma série de fatores políticos, a instabilidade oculta da Síria antes de 2011 foi, em parte, impulsionada pelo aumento da desigualdade, à medida que a redução nos subsídios do governo e a queda do emprego no setor público afetaram alguns grupos mais do que outros.⁵⁰

Embora a vida em um país desigual seja claramente ruim para toda a sua população, os mais pobres sofrem mais. Eles recebem pouca proteção dos sistemas policiais e judiciais, geralmente vivem em habitações vulneráveis e não podem se dar ao luxo de pagar por medidas de segurança privada. Quando ocorrem catástrofes, aqueles que não têm riqueza e poder são os mais afetados e os que enfrentam maior dificuldade para se recuperar.

O instinto da igualdade

Evidências demonstram que, quando testadas, as pessoas instintivamente sentem que há algo de errado com altos níveis de desigualdade.

//

Ser rico e honrado em uma sociedade injusta é uma desgraça.

MAHATMA GANDHI

//

Uma pesquisa experimental mostrou o quão importante é a justiça para a maioria dos indivíduos, ao contrário da suposição generalizada de que as pessoas têm uma tendência natural a buscar seus próprios interesses.⁵¹ Outra pesquisa de 2013 realizada com seis países (Espanha, Brasil, Índia, África do Sul, Reino Unido e EUA) mostrou que a maioria das pessoas acredita que a distância entre os mais ricos e o resto da sociedade é grande demais. Nos EUA, 92% das pessoas questionadas indicaram preferência por maior igualdade econômica, escolhendo uma distribuição de renda ideal semelhante à da Suécia e rejeitando aquela que representava a realidade do seu país.⁵²

Em todo o mundo, religião, literatura, folclore e filosofia apresentam uma confluência notável em sua preocupação de que um abismo entre ricos e pobres é inerentemente injusto e moralmente errado. Essa preocupação é predominante em diferentes culturas e sociedades, o que sugere uma preferência humana fundamental por justiça e igualdade.

O que causou a explosão da desigualdade?

Muitos acreditam que a desigualdade é, de certa forma, inevitável ou uma consequência necessária da globalização e do progresso tecnológico. Mas a experiência de diferentes países ao longo da história tem mostrado que, na verdade, escolhas políticas e econômicas deliberadas ocasionaram maior desigualdade. Há dois motores econômicos e políticos poderosos da desigualdade que podem contribuir muito para explicar os extremos que vemos hoje: o fundamentalismo de mercado e a captura do poder pelas elites econômicas.

Fundamentalismo de mercado: uma receita para a desigualdade atual

Ao longo dos últimos 300 anos, a economia de mercado levou prosperidade e vida digna a milhões de pessoas em toda a Europa, na América do Norte, no Japão, na República da Coreia e em outros países do leste asiático. No entanto, como demonstrou o economista Thomas Piketty em *O Capital no Século XXI*, sem a intervenção do governo, a economia de mercado tende a concentrar a riqueza nas mãos de uma pequena minoria, fazendo que a desigualdade aumente.⁵⁴

Apesar disso, nos últimos anos, o pensamento econômico tem sido dominado por uma abordagem fundamentalista de mercado, que insiste na ideia de que o crescimento econômico sustentado só é alcançado reduzindo-se a intervenção do governo e deixando-se que os mercados façam o que bem entenderem. No entanto, isso prejudica a regulação e a tributação necessárias para manter a desigualdade sob controle.

Há lições claras que devem ser aprendidas com a história recente. Nos anos de 1980 e 1990, crises da dívida fizeram países da América Latina, da África, da Ásia e do antigo bloco do Leste submeterem-se a uma ducha de água fria: desregulamentação, reduções rápidas nos gastos públicos, privatização, liberalização financeira e comercial, cortes fiscais generosos para as empresas e as classes mais abastadas e um “nivelamento por baixo” para enfraquecer os direitos trabalhistas. Como resultado, a desigualdade aumentou. Em 2000, a desigualdade na América Latina chegou ao seu ponto mais alto, com a maioria dos países da região registrando um aumento na desigualdade de renda ao longo das duas décadas anteriores.⁵⁵ Estima-se que metade do

//

Uma das falhas do fundamentalismo de mercado é que ele não deu atenção à distribuição de renda ou à noção de uma sociedade boa e justa.

JOSEPH STIGLITZ⁵³

//

aumento da pobreza nesse período é devida à redistribuição da riqueza em favor dos mais ricos.⁵⁶ Na Rússia, a desigualdade de renda quase dobrou num período de 20 anos, contados a partir de 1991, após reformas econômicas focadas na liberalização e na desregulamentação.⁵⁷

As mulheres são as mais afetadas por políticas de mercado fundamentalistas. Elas são prejudicadas principalmente quando normas trabalhistas são enfraquecidas – por exemplo, por meio da eliminação dos direitos à licença-maternidade e às férias remuneradas – ou quando os serviços públicos são reduzidos, acrescentando tarefas ao seu fardo já pesado de cuidados não remunerados. E, como as mulheres e as crianças são muito beneficiadas por serviços públicos, como atendimento à saúde e educação gratuita, elas são as mais atingidas quando esses serviços são reduzidos.

O fundamentalismo de mercado, apesar de ter desempenhado um papel decisivo na origem da recente crise econômica global, continua a ser a visão ideológica dominante e segue impulsionando a desigualdade. Essa visão tem sido fundamental para as condições impostas aos países europeus endividados, forçando-os a desregulamentar, privatizar e reduzir os programas de bem-estar social para os mais pobres, ao passo em que eles diminuem a carga de impostos para os ricos. Não pode haver cura para a desigualdade enquanto os países forem forçados a engolir esse remédio.

A captura do poder e da política pelas elites tem alimentado a desigualdade

A influência e os interesses das elites econômicas e políticas vêm desde há muito tempo reforçando a desigualdade. O dinheiro compra influência política, que os mais ricos e poderosos usam para consolidar ainda mais suas vantagens injustas. O acesso à justiça geralmente também está à venda, legal ou ilegalmente, com os altos custos judiciais e o acesso aos melhores advogados, garantindo a impunidade aos poderosos. Os resultados estão evidentes nas políticas fiscais desequilibradas e nos regimes regulatórios vulneráveis atuais, que roubam dos países as receitas vitais para os serviços públicos, incentivam práticas de corrupção e enfraquecem a capacidade dos governos para combater a pobreza e a desigualdade.⁵⁹

As elites, tanto em países ricos quanto nos pobres, usam sua grande influência política para garantir favores do governo – incluindo isenções fiscais, contratos privilegiados, concessões de terras e subsídios –, ao mesmo tempo em que bloqueiam políticas que possam fortalecer os direitos da maioria. No Paquistão, o patrimônio líquido médio dos parlamentares é de US\$ 900 mil, mas poucos deles pagam algum imposto.⁶⁰ Isso prejudica o investimento em setores como educação, saúde e agricultura de pequena escala, que podem desempenhar um papel vital na redução da desigualdade e da pobreza.

O enorme poder de *lobby* das grandes corporações para distorcer as regras em seu favor aumentou a concentração de poder e dinheiro nas mãos de poucos. As instituições financeiras gastam mais de 120 milhões de euros por ano em exércitos de lobistas para influenciar as políticas da União Europeia (UE) de acordo com os seus interesses.⁶¹

Muitas das pessoas mais ricas do mundo fizeram suas fortunas graças às concessões exclusivas do governo e às privatizações decorrentes do

//

Assim como toda revolução come seus filhos, o fundamentalismo de mercado sem controle pode devorar o capital social essencial para o dinamismo de longo prazo do próprio capitalismo.

MARK CARNEY
DIRETOR DO BANCO DA
INGLATERRA⁵⁸

//

//

Neste país, podemos ter uma democracia ou uma grande concentração de riquezas nas mãos de poucos, mas não podemos ter ambas as coisas.

LOUIS D. BRANDEIS
EX-JUIZ DA SUPREMA
CORTE DOS EUA

//

fundamentalismo de mercado. As privatizações na Rússia e na Ucrânia, após a queda do comunismo, transformaram *insiders* políticos em bilionários da noite para o dia. Da mesma forma, Carlos Slim ganhou seus muitos bilhões assegurando direitos exclusivos sobre o setor de telecomunicações do México, quando este foi privatizado na década de 1990.⁶²

O fundamentalismo de mercado e a apropriação política agravaram a desigualdade econômica e minaram as regras e os regulamentos que garantem oportunidades justas aos mais pobres, aos marginalizados, às mulheres e às meninas.

O QUE PODE SER FEITO PARA ACABAR COM A ENORME DESIGUALDADE?

A crescente desigualdade econômica em todo o mundo não é inevitável, mas resultante de escolhas políticas deliberadas. Os governos podem começar a reduzir a desigualdade rejeitando o fundamentalismo de mercado, opondo-se aos interesses particulares de elites poderosas, mudando as regras e os sistemas que ocasionaram a atual explosão da desigualdade e adotando medidas para promover igualdade de condições, por meio da implementação de políticas de redistribuição de renda e poder.

Abrir o caminho para um mundo mais igualitário



Mulanje, no sul do Malawi (2009).
Foto: Abbie Trayler-Smith

Maria vive no Maláui e trabalha colhendo chá. Seu salário está abaixo da linha de extrema pobreza, que é de US\$ 1,25 por dia de renda domiciliar, e ela luta para alimentar dois filhos cronicamente subnutridos. Mas as coisas estão começando a mudar. Em janeiro de 2014, o governo malauiano aumentou o salário mínimo em aproximadamente 24%. Uma coalizão, liderada pelo Ethical Tea Partnership e pela Oxfam, está buscando novas maneiras de tornar o trabalho digno sustentável a longo prazo.⁶³

O pior caminho: trabalhar e não progredir

Os rendimentos do trabalho determinam a situação econômica da maioria das pessoas e as suas possibilidades futuras.⁶⁴ Mas a grande maioria das pessoas mais pobres do mundo não pode escapar da pobreza, não importa quão duro trabalhe, e gente demais está sujeita à indignidade de salários miseráveis. Enquanto isso, as pessoas mais ricas têm salários altos em rápida ascensão e bônus, bem como rendas significativas provenientes de sua riqueza e seu capital acumulados. Essa é uma receita para acelerar a desigualdade econômica.

Desde 1990, a participação dos rendimentos do trabalho no PIB vem declinando tanto em países de renda baixa quanto nos de média e alta renda. Em todo o mundo, os trabalhadores comuns estão levando para casa uma fatia cada vez menor do bolo, enquanto aqueles que estão no topo levam mais e mais.

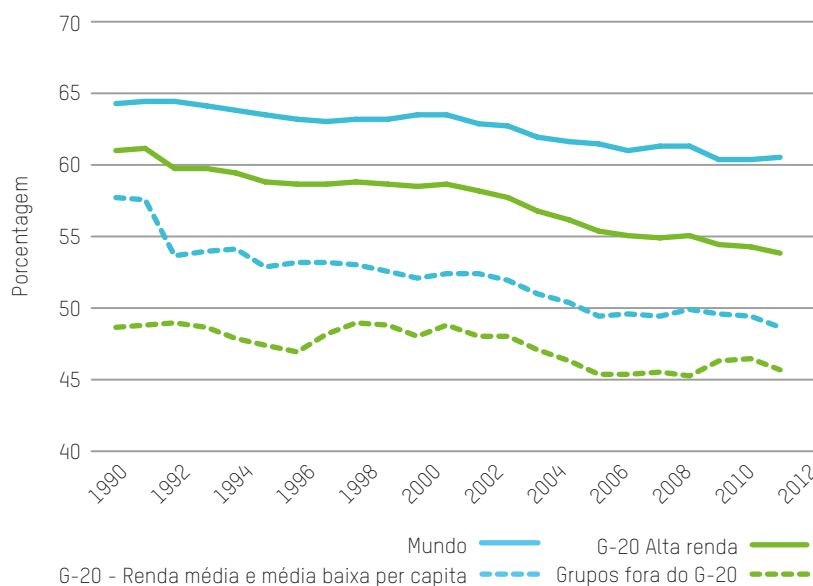
//

Sem intervenções políticas deliberadas, os altos níveis de desigualdade tendem a se perpetuar. Eles acarretam o desenvolvimento de instituições políticas e econômicas que trabalham para manter os privilégios políticos, econômicos e sociais da elite.

**INSTITUTO DE PESQUISA
DAS NAÇÕES UNIDAS PARA
O DESENVOLVIMENTO SOCIAL⁶⁴**

//

FIGURA 1: Participação dos rendimentos do trabalho no PIB no mundo e em grupos de países⁶⁶



Em 2014, os 100 principais executivos do Reino Unido ganharam 131 vezes mais do que a média dos seus empregados,⁶⁷ e apesar disso apenas 15 dessas empresas se comprometeram a pagar seus funcionários um salário digno.⁶⁸

Na África do Sul, um mineiro de platina precisaria trabalhar durante 93 anos só para ganhar o bônus anual médio de um CEO.⁶⁹ Enquanto isso, a Confederação Sindical Internacional estima que 40% dos trabalhadores estão presos no setor informal, no qual não existem salários mínimos e os direitos dos trabalhadores são ignorados.⁷⁰

Pesquisas da Oxfam encontraram evidências de salários miseráveis e trabalho precário na faixa de renda média do Vietnã, do Quênia e da Índia, bem como abaixo da linha de extrema pobreza no Maláui, ainda que estejam de acordo com as legislações nacionais.⁷¹

Salários dignos são um sonho para a grande maioria dos trabalhadores nos países em desenvolvimento. A perspectiva das mulheres é ainda mais ultrajante do que a de seus colegas do sexo masculino: na atual taxa de redução da distância salarial entre os gêneros, serão necessários 75 anos para que o princípio de salários iguais para trabalhos iguais se torne uma realidade.⁷²

Os sindicatos proporcionam aos trabalhadores uma chance maior de receber um salário justo. A negociação coletiva dos sindicatos normalmente aumenta os salários dos membros em 20% e eleva os salários de mercado para todos.⁷³ No entanto, muitos países em desenvolvimento nunca tiveram sindicatos fortes e, em alguns deles, os trabalhadores enfrentam uma ofensiva contra o seu direito de se organizar.

A melhor saída: outro caminho é possível

Alguns países estão indo contra a corrente com relação a salários, trabalho digno e direitos trabalhistas. O salário mínimo no Brasil subiu quase 50% em termos reais entre 1995 e 2011, contribuindo, ao mesmo tempo, para a diminuição da pobreza e da desigualdade.⁷⁴ Países como Equador⁷⁵ e China⁷⁶ também aumentaram os salários de maneira deliberada.

Empresas e cooperativas progressistas também estão tomando medidas para limitar a remuneração de executivos. Por exemplo, a Semco SA, do Brasil, emprega mais de 3 mil trabalhadores em diversos setores e adere à proporção salarial de 10 para 1.⁷⁷ A Comissão de Governança Corporativa alemã propôs o estabelecimento de um teto para o salário de executivos em todas as empresas de capital aberto da Alemanha, admitindo que a indignação pública contra os salários excessivamente altos dos executivos influenciou sua proposta.

Tributação e investimento para equilibrar o jogo



Bernarda Paniagua mora em Villa Eloisa de las Cañitas, uma das áreas mais pobres e menos atendidas da República Dominicana, onde vende queijo para se manter.

Victor Rojas mora em uma das áreas mais ricas do país e é gerente de uma empresa de prestígio. No entanto, Bernarda paga uma proporção maior de sua renda em impostos diretos do que Victor.

No bairro de Victor, os pais podem pagar pela melhor educação para seus filhos, que podem esperar bons empregos e um futuro próspero. Para os filhos de Bernarda, as expectativas não são tão promissoras. Sua filha mais velha, Karynely, não consegue continuar estudando nem encontrar um bom emprego porque não possui conhecimento em tecnologia da informação (TI), já que em sua escola não havia computadores.

Bernarda Paniagua Santana em frente a seu negócio em Villa Eloisa de las Cañitas, República Dominicana (2014).
Foto: Pablo Tosco/Oxfam

O sistema tributário é uma das ferramentas mais importantes que os governos têm à sua disposição para combater a desigualdade. Dados de 40 países mostram o potencial da tributação redistributiva e do investimento por parte dos governos na redução da desigualdade de renda impulsionada pelas condições do mercado.⁷⁸

O pior caminho: o grande fracasso tributário

Os sistemas tributários nos países em desenvolvimento, onde o gasto público e a redistribuição são particularmente essenciais, infelizmente tendem a ser os mais regressivos⁸⁰ e distantes de seu potencial de aumento de receita. A Oxfam estima que, se os países de renda baixa e média – com exceção da China – cobrissem metade da lacuna de sua receita fiscal, ganhariam um total de quase US\$ 1 trilhão.⁸¹ No entanto, devido à influência desproporcional de corporações e pessoas ricas e à falta de coordenação e transparência globais em questões fiscais, os sistemas tributários não têm conseguido combater a pobreza e a desigualdade.

//

Não há políticos que falem por nós. Já não se trata mais de tarifas de ônibus. Pagamos impostos altos e somos um país rico, mas não vejo isso em nossas escolas, hospitais e estradas.

JAMAIME SCHMITT
MANIFESTANTE BRASILEIRO⁷⁹

//

O nivelamento por baixo na arrecadação tributária de corporações é grande parte do problema. Agências multilaterais e instituições financeiras estimularam os países em desenvolvimento a oferecer incentivos fiscais – reduções e isenções fiscais e zonas de livre comércio – para atrair investimento direto estrangeiro. Esses incentivos dispararam, enfraquecendo a base tributária em alguns dos países mais pobres. Em 2008/2009, por exemplo, o governo ruandês autorizou isenções de tributos que, se arrecadados, poderiam ter duplicado os gastos em saúde e educação.⁸²

Governos bem intencionados em todo o mundo são frequentemente restringidos por regras fiscais internacionais distorcidas e falta de coordenação. Nenhum governo consegue evitar que as gigantes corporações tirem vantagem da falta de cooperação fiscal em âmbito global. As grandes corporações podem pagar exércitos de contadores especializados para minimizar seus tributos, o que lhes proporciona uma vantagem injusta em relação às pequenas empresas. Corporações multinacionais, como a Apple⁸³ e a Starbucks,⁸⁴ tiveram expostos seus esquemas de evasão fiscal de bilhões, ocasionando uma pressão pública por reforma sem precedentes.

As pessoas mais ricas também conseguem se aproveitar das mesmas brechas fiscais. Em 2013, a Oxfam estimou que o mundo perde US\$ 156 bilhões em receita fiscal devido aos ativos escondidos em paraísos fiscais estrangeiros pelos ricos.⁸⁵ É de Warren Buffet o famoso comentário sobre a injustiça de um sistema que lhe permitia pagar menos impostos do que a sua secretria.

As pessoas comuns, tanto nos países ricos quanto nos pobres, saem perdendo com a evasão fiscal. Contudo, os paraísos fiscais são estruturados intencionalmente para facilitar essa prática, oferecendo sigilo e baixas alíquotas, além de não exigirem nenhuma atividade comercial para registrar uma empresa ou uma conta bancária. Um excelente exemplo dessa flagrante evasão fiscal é o Ugland House, nas Ilhas Cayman. Servindo de endereço para 18.857 empresas, o Ugland House levou o presidente Obama a chamá-lo de “ou o maior edifício ou o maior golpe fiscal de que se tem notícia”.⁸⁷ Os paraísos fiscais permitem muitas fraudes que afetam os países em desenvolvimento, como o preço incorreto de transferência, que resulta na perda de US\$ 310 milhões em impostos corporativos por ano em Bangladesh. Isso seria suficiente para pagar quase 20% do orçamento do ensino fundamental em um país que só tem um professor para cada 75 alunos do ensino fundamental.⁸⁸

//

Como as pessoas pagam impostos, quem paga e o que é tributado revelam mais sobre uma sociedade do que qualquer outro aspecto.

CHARLES ADAMS⁸⁶

//

A melhor saída: esperança de um futuro mais justo

Alguns países estão tomando o caminho digno e adotando políticas fiscais que combatem a desigualdade. Após a eleição de seu novo presidente em 2012, o Senegal adotou um código tributário para arrecadar dinheiro de empresas e pessoas ricas a fim de custear serviços públicos.⁸⁹

O consenso internacional também está mudando. Apesar das limitações do processo de erosão da base fiscal e da transferência de lucros em andamento,⁹⁰ o fato de o G-8, o G-20 e a OCDE incluírem o assunto na pauta para 2013 demonstra nitidamente o consenso sobre a necessidade de reformas radicais no sistema tributário. O FMI está repensando a forma de tributar as corporações multinacionais e, em relatório recente, reconheceu a necessidade de mudar a base tributária a favor dos países em desenvolvimento.⁹¹ Considera, ainda, uma “tributação única mundial” como alternativa para assegurar que

as empresas paguem impostos sempre que houver atividade econômica.⁹² Os processos da OCDE, do G-20, dos EUA e da UE estão progredindo na transparência e na troca automática global de informações fiscais entre países, o que ajudará a erguer o véu do sigilo que facilita a evasão fiscal.

Dez países da UE também concordaram em trabalhar juntos para implementar um imposto sobre transações financeiras, que poderia arrecadar até €37 bilhões por ano.⁹³ Impostos sobre a riqueza estão sendo discutidos em alguns países, e o debate sobre um imposto global sobre a riqueza recebeu novo ânimo com as recomendações de Thomas Piketty em *O Capital no Século XXI*, que ganhou ampla atenção pública e política. A Oxfam calcula que um imposto de 1,5% sobre a riqueza dos bilionários do mundo hoje poderia arrecadar US\$ 74 bilhões. Seria o bastante para arcar com a saúde nos 49 países mais pobres e para que todas as crianças do mundo frequentassem a escola.⁹⁴

Contudo, os interesses particulares que se opõem à reforma são muito poderosos. Há um risco real de que as lacunas na governança tributária global não sejam fechadas, permitindo que as empresas e as pessoas mais ricas continuem a explorar livremente as brechas para não pagar sua parte, como seria o justo.

Saúde e educação: armas poderosas no combate à desigualdade



Hamida Cyimana, 6 anos de idade, faz somas em num quadro-negro em Kigali, Ruanda (2012).
Foto: Simon Rawles/Oxfam]

Babena Bawa era fazendeiro no distrito de Wa East, em Gana, uma região sem hospitais ou médicos qualificados e só um enfermeiro para cada 10 mil pessoas. Em maio de 2014, Babena morreu devido a uma mordida de cobra porque os centros de saúde locais não possuíam estoque do antídoto que lhe salvaria a vida. Em forte contraste, no ano passado, o candidato à presidência ganense Nana Akufo-Addo conseguiu voar para Londres para receber tratamento especializado ao enfrentar problemas cardíacos.

Fornecer clínicas e salas de aula, médicos e medicamentos pode encurtar a distância em termos de oportunidades e oferecer às pessoas as ferramentas

para desafiar as regras que perpetuam a desigualdade econômica. Saúde e educação públicas e gratuitas, além de direitos humanos, também mitigam os piores impactos da atual disparidade na renda e na distribuição da riqueza.

Entre 2000 e 2007, a “renda virtual” fornecida pelos serviços públicos reduziu a desigualdade de renda em 20%, em média, nos países da OCDE.⁹⁵ Em cinco países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, México e Uruguai), a renda virtual somente na saúde e na educação reduziu a desigualdade entre 10 e 20%.⁹⁶ A educação teve papel fundamental na redução da desigualdade no Brasil⁹⁷ e ajudou a manter baixos os níveis de desigualdade de renda na República da Coreia.⁹⁸

O pior caminho: taxas, privatização e remédios para poucos

O domínio dos interesses especiais e das más escolhas políticas – especialmente as taxas para usuários na saúde e na educação públicas e a privatização dos serviços públicos – pode aumentar a desigualdade. Infelizmente, muitos países sofrem os resultados dessas políticas inescrupulosas.

Quando os serviços públicos não são gratuitos na ponta, milhões de mulheres e homens comuns são excluídos do acesso à saúde e à educação. Taxas de usuário foram incentivadas por muitos anos pelo Banco Mundial, um erro que seu atual presidente diz ter tido motivação ideológica. Entretanto, apesar dos danos que causam, as taxas de usuário persistem. Todos os anos, 100 milhões de pessoas em todo o mundo se tornam pobres porque têm de pagar do próprio bolso pela saúde.⁹⁹ Em Gana, as famílias mais pobres usam 40% da renda familiar para mandar somente um de seus filhos a uma escola *Omega* de baixo custo.¹⁰⁰ Mulheres e meninas sofrem ainda mais com a cobrança de taxas nos serviços públicos.

Quantias significativas que poderiam ser investidas na prestação de serviços que combatem a desigualdade estão sendo desviadas por incentivos fiscais e parcerias público-privadas (PPPs). Na Índia, diversos hospitais particulares receberam incentivos fiscais para oferecer tratamento a pacientes pobres, mas não honraram sua parte do acordo.¹⁰¹ O *Queen Mamohato Memorial Hospital*, em Maseru, capital do Lesoto, opera sob uma PPP que custa atualmente a metade de todo o orçamento do governo para a saúde, e estima-se que os custos subirão. Isso está asfixiando o orçamento dos serviços de saúde em áreas rurais, usados pelos mais pobres, aumentando a distância entre ricos e pobres.¹⁰²

Apesar dos indícios de que isso aumenta a desigualdade, governos de países ricos e agências doadoras, como o Reino Unido, os EUA e o Banco Mundial, estão estimulando maior participação do setor privado na prestação do serviço.¹⁰³ O setor privado está fora do alcance dos mais pobres, é irrelevante para essa população e pode ainda minar o apoio dos mais ricos aos serviços públicos ao criar um sistema de dois níveis, no qual se pode abrir mão dos serviços públicos e, conseqüentemente, resistir a financiá-los pela tributação. Em três regiões asiáticas que alcançaram ou estão prestes a alcançar o acesso universal à saúde – Sri Lanka, Malásia e Hong Kong –, os mais pobres praticamente não usam os serviços de saúde privados.¹⁰⁴ Os serviços privados beneficiam os mais ricos e não os mais necessitados, aumentando a desigualdade econômica.

//

Eu precisava de uma cirurgia de catarata e no hospital me falaram que custava 7000 libras egípcias. Como só tinha sete, resolvi continuar no jeito que estou: sem enxergar.

MULHER DE 60 ANOS NUMA REMOTA LOCALIDADE NO EGITO

//

//

Só fazíamos quatro ou cinco partos por mês e agora fazemos mais de vinte. Era muito caro vir à clínica, mas agora as mulheres podem entrar em trabalho de parto com segurança e de graça aqui, sem ter que esperar pelo dinheiro do marido.

PARTEIRA, SURKHET, NEPAL

//

As regras internacionais também enfraquecem a política nacional. Cláusulas de propriedade intelectual em acordos de investimento e de comércio internacionais estão elevando o custo dos remédios, de maneira que só os mais ricos podem pagar pelo tratamento. Os 180 milhões infectados com hepatite C estão sofrendo as consequências, já que nem os pacientes nem os governos nos países em desenvolvimento podem pagar a conta de US\$ 1.000 por dia em remédios, que são o resultado dessas regras.¹⁰⁵

A melhor saída: recuperar o interesse público

Há, no entanto, bons exemplos em todo o mundo de como a expansão dos serviços públicos está ajudando a reduzir a desigualdade.

O ímpeto crescente com relação ao acesso universal à saúde tem potencial de melhorar o acesso à saúde e diminuir a desigualdade. Jim Yong Kim, presidente do Banco Mundial, foi contundente ao declarar que o acesso universal é fundamental no combate à desigualdade, dizendo ser “central no alcance dos objetivos globais de erradicar a pobreza extrema até 2030 e na promoção da prosperidade compartilhada”.¹⁰⁶ Economias emergentes, como China, Tailândia, África do Sul e México, estão aumentando rapidamente o investimento público em saúde, e muitos países de baixa renda reduziram a desigualdade introduzindo políticas de saúde gratuitas financiadas pela tributação geral. O programa de acesso universal da Tailândia diminuiu pela metade o valor que os mais pobres gastaram com serviços de saúde em seu primeiro ano, além de reduzir as taxas de mortalidade infantil e materna.¹⁰⁷

Houve ainda vitórias com relação às tentativas de algumas das principais empresas farmacêuticas de bloquear o acesso aos remédios de baixo custo. Os pacientes com leucemia agora podem tomar versões genéricas do Glivec®/ Gleevec® por apenas US\$ 175 por mês – quase quinze vezes menos do que os US\$ 2.600 cobrados pela Novartis – graças à rejeição da Suprema Corte da Índia de um pedido de patente para a droga.¹⁰⁸

Desde o movimento *Educação para Todos* e a adoção dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* em 2000, o mundo experimentou um progresso impressionante na educação fundamental, permitindo que dezenas de milhões de crianças pobres fossem à escola pela primeira vez. Em Uganda, as matrículas subiram quase 73% em um só ano – de 3,1 milhões para 5,3 milhões – depois de abolidas as taxas cobradas pelas escolas.¹⁰⁹

Melhorar a qualidade da educação por meio de investimentos adequados em professores preparados, instalações e materiais é fundamental para capitalizar essas medidas promissoras, como também são políticas para se alcançar as crianças mais marginalizadas que correm risco de exclusão. Se, por um lado, ainda há muito a ser feito, por outro, há alguns exemplos de avanços. O Brasil, por exemplo, liderou reformas que ampliam o acesso à educação de qualidade e alocou mais recursos para crianças pobres, geralmente em comunidades indígenas ou negras, que ajudaram a reduzir a desigualdade no acesso à educação desde a metade da década de 90.¹¹⁰ Como resultado, o número médio de anos de escolaridade das crianças entre os 20% mais pobres dobrou, passando de quatro para oito anos.¹¹¹

A tributação e a cooperação e ajuda internacional previsível a longo prazo são cruciais para permitir que os países mais pobres aumentem os investimentos

em serviços de saúde e educação que combatem a desigualdade. Podem, ainda, ajudar a combater a apropriação política que concentra a riqueza nas mãos das elites. Em Ruanda, por exemplo, o apoio orçamentário permitiu ao governo extinguir as taxas na educação e tratar mais pessoas com HIV/Aids.¹¹² Os EUA tentam direcionar a ajuda para conselhos distritais em áreas pobres de Gana e apoiar os agricultores na cobrança por políticas adequadas.

Livres do medo

Tiziwenji Tembo tem 75 anos e vive no distrito de Katete, na Zâmbia. Até pouco tempo, ela não tinha renda regular e ela e seus netos ficavam sem comida com frequência. A vida de Tiziwenji foi transformada por novas medidas de proteção social, que lhe proporcionaram uma pensão regular de US\$ 12 por mês.¹¹³

A proteção social fornece benefícios em dinheiro ou por outras formas (como cupons, cestas básicas etc.), como benefícios para crianças, aposentados, pensionistas e desempregados, que possibilitam que as pessoas tenham uma vida digna e livre do medo até mesmo nos piores momentos. Essas redes de segurança são o sinal de uma sociedade que se importa, disposta a juntar esforços para apoiar os mais vulneráveis. Assim como saúde e educação, a proteção social leva renda às mãos dos mais necessitados, fazendo contraponto com a atual distribuição assimétrica de renda e mitigando os efeitos da desigualdade.

No entanto, números recentes mostram que mais de 70% da população mundial corre o risco de cair no esquecimento por falta de acesso adequado à proteção social.¹¹⁴ Até mesmo nos países mais pobres, há indícios de que os níveis básicos de proteção social são viáveis financeiramente¹¹⁵ e países como o Brasil e a China têm rendas *per capita* semelhantes às da Europa após a Segunda Guerra Mundial, quando seus sistemas universais de bem-estar social foram criados. A proteção social universal é necessária para garantir que ninguém fique para trás ou seja penalizado por não ter subido o bastante na pirâmide econômica.

Alcançando a igualdade econômica para a mulher



Bin Deshwari e Girijar apresentando para ONG Samarpan Jan Kalayan Samiti em Konch, Uttar Pradesh, na Índia (2007).
Foto: Rajendra Shaw/Oxfam

Escolhas econômicas erradas podem ter um impacto mais forte nas mulheres, e a desconsideração de mulheres e meninas na elaboração de políticas pode levar governos a reforçar inadvertidamente a desigualdade entre os gêneros.

Na China, por exemplo, esforços bem-sucedidos de criação de empregos para mulheres foram minados por cortes no apoio do Estado e dos empregadores ao atendimento a crianças e idosos, que aumentaram o fardo do trabalho não remunerado das mulheres.¹¹⁶ De acordo com uma pesquisa sobre o impacto da austeridade na Europa,¹¹⁷ mães de crianças pequenas tinham menos chance de estar empregadas depois da crise financeira e maior propensão a atribuir sua falta de emprego a cortes nos serviços de prestação de cuidados.¹¹⁸ Um estudo recente em Gana revelou ainda que os impostos indiretos sobre o querosene, usado por famílias de baixa renda para cozinhar, são majoritariamente pagos por mulheres.¹¹⁹

Boas políticas podem promover a igualdade econômica das mulheres

Muitas das políticas que reduzem a desigualdade econômica, como serviços públicos gratuitos ou salário mínimo, também reduzem a desigualdade de gênero. Na África do Sul, uma nova bolsa de auxílio à criança destinada a famílias pobres é mais eficiente do que as medidas prévias no alcance às mulheres pobres, negras e da zona rural, porque o governo considerou cuidadosamente o impacto da política em mulheres e homens.¹²⁰ Em Quebec, o aumento dos subsídios do governo para assistência à infância ajudou cerca de 70 mil mães a conseguir emprego, resultando em um aumento de receitas fiscais de mulheres que supera os custos do programa.¹²¹ Os governos devem implementar políticas econômicas destinadas a acabar com a disparidade entre mulheres e homens, bem como entre ricos e pobres.

A força das pessoas: enfrentando o um por cento

Para combater com êxito a desigualdade econômica descontrolada, os governos devem ser forçados a ouvir a população, e não os plutocratas. Isso exige mobilização pública em massa, como nos mostra a História. A boa notícia é que, apesar do domínio da influência política por elites ricas e da repressão aos cidadãos em muitos países, as pessoas no mundo todo estão exigindo mudanças. A maioria das centenas de milhares de pessoas que saíram às ruas em protestos recentes estava frustrada pela falta de serviços e de voz,¹²³ e as pesquisas de opinião confirmam esse clima de descontentamento no mundo todo.¹²⁴

No Chile, o país mais desigual da OCDE,¹²⁵ as demonstrações em massa em 2011 foram inicialmente desencadeadas pelo descontentamento com o custo da educação e cresceram, incorporando preocupações sobre as profundas divisões da riqueza e a influência do grande empresariado.¹²⁶ Uma coalizão de estudantes e sindicatos mobilizou 600 mil pessoas em uma greve de dois dias, que exigia melhorias. As eleições no final de 2013 trouxeram um novo governo, que incluiu membros principais do movimento de protesto comprometidos com a redução da desigualdade e a reforma da educação pública.¹²⁷

No início de 2010, uma série de protestos populares contra o plano de resgate financeiro dos três principais bancos comerciais da Islândia forçou o governo recém-eleito – que havia prometido proteger os grupos de baixa e média

//

As pessoas não estão tolerando a maneira como um pequeno número de grupos econômicos é beneficiado pelo sistema. Ter uma economia de mercado é muito diferente de ter uma sociedade de mercado. O que estamos pedindo, por meio da reforma da educação, é que o Estado assuma um papel diferente.

CAMILA VALLEJO
VICE-PRESIDENTE DA
FEDERAÇÃO DE ESTUDANTES DA
UNIVERSIDADE DO CHILE¹²²

//

renda dos piores efeitos da crise financeira – a convocar um referendo sobre a decisão. Noventa por cento dos islandeses rejeitaram a proposta de que o povo (e não os bancos) deveria pagar pela falência. Esse fato ocasionou uma consulta pública para uma nova constituição, que foi aprovada em 2012, com novas disposições sobre igualdade, liberdade de informação, direito de referendo, meio ambiente e propriedade pública da terra.¹²⁸

A História mostra que a influência das elites pode ser anulada pelas ações das pessoas comuns e pela demanda generalizada por políticas progressistas.

TEMPO DE AGIR PARA ACABAR COM A DESIGUALDADE EXTREMA



Mulheres protestam na Assembleia Constituinte da Tunísia, exigindo paridade na lei eleitoral (2014).
Foto: Serena Tramont/Oxfam

Os extremos da desigualdade atuais são ruins para todos. Para os mais pobres da sociedade, quer vivam na África Subsaariana ou no país mais rico do mundo, a oportunidade de sair da pobreza e viver uma vida digna é fundamentalmente bloqueada pela desigualdade extrema.

A Oxfam conclama uma ação conjunta para a construção de um sistema econômico e político mais justo que valorize cada cidadão. Governos, instituições e corporações têm a responsabilidade de combater a desigualdade extrema. Eles devem combater os fatores que motivaram a explosão da atual desigualdade e devem implementar políticas que redistribuam para a maioria a riqueza e o poder concentrados nas mãos de poucos.

1) Propiciar que os governos trabalhem para os cidadãos e combatam a desigualdade extrema

O interesse público e o combate à desigualdade extrema devem ser os princípios norteadores de todos os acordos globais e das políticas e estratégias nacionais. Esses princípios devem andar de mãos dadas com uma governança efetiva que represente os anseios da população em vez dos interesses do grande empresariado.

Compromissos específicos devem incluir: 1º) o acordo de uma meta pós-2015 para erradicar a desigualdade extrema até 2030; 2º) comissões nacionais sobre desigualdade; 3º) a divulgação pública de atividades de *lobby*; e 4º) a liberdade de expressão e uma imprensa livre.

2) Promover a igualdade econômica de gênero e os direitos das mulheres

A política econômica precisa combater tanto a desigualdade econômica quanto a discriminação de gênero.

Compromissos específicos devem incluir: 1º) a compensação por auxílio não remunerado; 2º) o fim da diferença de salário entre gêneros; 3º) direitos igualitários de herança e de terras para as mulheres; e 4º) a coleta de dados para avaliar como as mulheres e as meninas são afetadas pela política econômica.

3) Pagar aos trabalhadores um salário digno e acabar com a grande distância em relação à alta remuneração dos executivos

As corporações têm lucros recordes no mundo todo, e as remunerações dos executivos estão disparando, enquanto muitas pessoas não têm salário e condições de trabalho dignas. Isso precisa mudar.

Compromissos específicos devem incluir: 1º) o aumento do salário mínimo para um salário digno; 2º) o direcionamento para uma razão entre remunerações da mais alta para a média de 20:1; 3º) a transparência nos índices salariais; e 4º) a proteção dos direitos de sindicalização e de greve dos trabalhadores.

4) Dividir a carga tributária de forma justa para promover igualdade de condições

Há muita riqueza concentrada nas mãos de poucos. A carga tributária incide sobre as pessoas comuns, enquanto as grandes empresas e os mais ricos pagam muito pouco. Os governos precisam agir em conjunto para corrigir esse desequilíbrio.

Compromissos específicos devem incluir: 1º) a retirada da carga tributária sobre o trabalho e o consumo, direcionando-a para a riqueza, o capital e a renda desses ativos; 2º) a transparência nos incentivos fiscais; e 3º) impostos sobre a riqueza nacional e a exploração de um imposto global sobre a riqueza.

5) Fechar as brechas fiscais internacionais e tapar os buracos na governança fiscal

O sistema econômico hoje está definido de modo a facilitar a sonegação fiscal por multinacionais e pessoas ricas. Enquanto as regras não forem mudadas e não houver uma governança global mais justa de questões fiscais, a sonegação fiscal continuará a drenar os orçamentos públicos e a minar a capacidade dos governos de combater a desigualdade.

Compromissos específicos devem incluir: 1º) um processo de reforma no qual os países em desenvolvimento participem em igualdade de condições; 2º) um novo órgão de governança global para questões fiscais; 3º) reportes públicos em cada país; 4º) registros públicos de beneficiários efetivos; 5º) a troca automática multilateral de informação tributária, incluindo com países em desenvolvimento que não possam oferecer reciprocidade; 6º) a suspensão do uso de paraísos fiscais, inclusive por meio de uma lista negra e de sanções; e 7º) a taxação das empresas com base nas suas reais atividades econômicas.

6) Alcançar serviços públicos universais gratuitos até 2020

Saúde e educação podem ajudar a acabar com a distância entre os que têm posses e os que não as têm. Porém, o baixo investimento, a privatização e as taxas de utilização, bem como normas internacionais, estão impedindo esse avanço e devem ser combatidos.

Compromissos específicos devem incluir: 1º) a remoção de taxas de utilização; 2º) o cumprimento de compromissos de investimentos; 3º) a suspensão de novos subsídios e a reavaliação da concessão dos subsídios públicos já existentes para a saúde e a educação para empresas privadas com fins lucrativos; e 4º) a exclusão dos serviços públicos e dos medicamentos de acordos de comércio e de investimento.

7) Mudar o sistema global de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e a atribuição de preços a medicamentos para que todos tenham acesso a tratamentos adequados e baratos

Depender da propriedade intelectual como único estímulo à pesquisa e desenvolvimento permite o monopólio das grandes empresas farmacêuticas na fabricação e na definição de preços de medicamentos. Isso aumenta a distância entre ricos e pobres e coloca vidas em risco. As regras precisam mudar.

Compromissos específicos devem incluir: 1º) um novo tratado de pesquisa e desenvolvimento global; 2º) o aumento do investimento em medicamentos, inclusive em genéricos acessíveis; e 3º) a exclusão de normas de propriedade intelectual de acordos comerciais.

8) Implementar um piso de proteção social universal

A proteção social reduz a desigualdade e garante a existência de uma rede de segurança para as pessoas mais pobres e mais vulneráveis. Essas redes precisam ser universais e permanentes.

Compromissos específicos devem incluir: 1º) serviços de assistência à criança e ao idoso; e 2º) segurança de renda básica por meio de benefícios universais à criança, seguro-desemprego e pensões.

9) Direcionar o financiamento do desenvolvimento para a redução da desigualdade e da pobreza e fortalecimento do pacto entre os cidadãos e os seus governos

O financiamento do desenvolvimento pode ajudar a reduzir a desigualdade quando o objetivo é apoiar os gastos do governo em bens públicos e pode também melhorar a confiança dos cidadãos em seus governos.

Compromissos específicos devem incluir: 1º) o aumento dos investimentos dos doadores internacionais e agências de cooperação em serviços públicos gratuitos e a mobilização de recursos internos; e 2º) a avaliação da eficácia de programas em termos de apoio aos cidadãos no combate à desigualdade e na promoção da participação democrática.

NOTAS

1. Baseado na Figura 4.4: 'Levels of infant mortality rate in 2007 by province', em: UNDP and Statistics South Africa, 'MDG 4: Reduce Child Mortality' *Link*: <http://statssa.gov.za/nss/Goal_Reports/GOAL%204-REDUCE%20CHILD%20MORTALITY.pdf>.
2. National Planning Commission: 'Divisive effects of institutionalised racism' e World Bank (2006): 'World Development Report 2006: Equity and Development'. World Bank Group. *Link*: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/1W3P/IB/2005/09/20/000112742_20050920110826/Rendered/PDF/322040World0Development0Report02006.pdf>.
3. Statistics South Africa (2012). 'Census 2011' *Link*: <<http://statssa.gov.za/publications/P03014/P030142011.pdf>>.
4. B. Harris *et al.* (2011). 'Inequities in access to health care in South Africa', *Journal of Public Health Policy* (2011) 32, S102–23. *Link*: <<http://palgrave-journals.com/jphp/journal/v32/n1s/full/jphp201135a.html>>.
5. P. Piraino (2014). 'Intergenerational earnings mobility and equality of opportunity in South Africa'. *Link*: <http://opensaldru.uct.ac.za/bitstream/handle/11090/696/2014_131_Saldruwp.pdf?sequence=1>.
6. World Bank (2006), op. cit.
7. Warren Buffett, em entrevista para a CNN, setembro de 2011.
8. Dados de Gini da base de dados do Banco Mundial. O Coeficiente de Gini para a África do Sul foi de 0,56 em 1995 e 0,63 em 2009. *Link*: <<http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI>>.
9. Africa Progress Panel (2012). 'Jobs, Justice and Equity: Seizing Opportunities in Times of Global Change', Suíça: Africa Progress Panel, p. 6. *Link*: <<http://africaprogresspanel.org/publications/policy-papers/africa-progress-report-2012>>.
10. B. Milanovic (2009). 'Global Inequality and the Global Inequality Extraction Ratio: The Story of the Past Two Centuries'. Documento de Trabalho sobre Pesquisa de Políticas Públicas 5044, Washington, D.C: Banco Mundial. *Link*: <<http://elibrary.worldbank.org/doi/book/10.1596/1813-9450-5044>>.
11. Calculado com base em B. Milanovic (2013). 'All the Ginis Dataset (Updated June 2013)'. *Link*: <<http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTRESEARCH/0,,contentMDK:22301380-pagePK:64214825-piPK:64214943-theSitePK:469382,00.html>>.
12. F. Alvaredo, A. B. Atkinson, T. Piketty e E. Saez, (2013). 'The World Top Incomes Database'. *Link*: <<http://topincomes.g-mond.parisschoolofeconomics.eu>>.
13. Credit Suisse (2013): 'Global Wealth Report 2013' [Zurique: Credit Suisse (<https://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/?fileID=BCDB1364-A105-0560-1332EC9100FF5C83>) and Forbes: 'The World's Billionaires' (<http://forbes.com/billionaires/list/>) (acesso em 16 de dezembro de 2013). Quando estes dados foram atualizados poucos meses depois pela Forbes, os ricos já tinham se tornado mais ricos e apenas 66 das pessoas mais ricas já tinham patrimônio igual às posses dos mais pobres. As disparidades entre ricos e pobres se tornaram cada vez mais evidentes. *Link*: <<http://forbes.com/sites/forbesinsights/2014/03/25/the-67-people-as-wealthy-as-the-worlds-poorest-3-5-billion>>.
14. Forbes (2014) 'The World's Billionaires', op. cit. (acessado em março de 2013, março de 2014 e agosto de 2014)
15. Forbes (2014). 'The World's Billionaires: #2. Bill Gates'. *Link*: <<http://forbes.com/profile/bill-gates>> (acesso em agosto de 2014).
16. Forbes (2014) 'The World's Billionaires', *Link*: <<http://forbes.com/billionaires>>.
17. M. Nsehe (2014). 'The African Billionaires 2014'. *Link*: <<http://forbes.com/sites/mfonobongnsehe/2014/03/04/the-african-billionaires-2014>>.
18. Cálculos de Laurence Chandy e Homi Kharas. The Brookings Institution. Usando cálculos de Paridade do Poder de Compra realizados mais cedo neste ano, este número estima uma linha de pobreza global de US\$ 1,55/dia em dólares de 2005. *Link*: <<http://brookings.edu/blogs/up-front/posts/2014/05/05-data-extreme-poverty-chandy-kharas>>.
19. A OMS calcula que um adicional de US\$ 224,5 bilhões teria permitido que 49 países de baixa renda acelerassem significativamente o seu progresso no sentido de cumprir os ODM relacionados com a saúde, e isso poderia ter evitado 22,8 milhões de mortes nesses países. Trinta e nove de 49 países teriam sido capazes de alcançar a meta do ODM 4 para a sobrevivência da criança e pelo menos 22 países teriam sido capazes de alcançar o seu objetivo nº 5 do ODM para a mortalidade materna. OMS (2010). 'Constraints to Scaling Up the Health Millennium Development Goals: Costing and Financial Gap Analysis', Genebra: World Health Organization', *Link*: <http://who.int/choice/publications/d_ScalingUp_MDGs_WHO_finalreport.pdf>. Um imposto de 1,5% sobre a riqueza dos bilionários do mundo (aplicado à riqueza acima de US\$ 1 bilhão) entre 2009 e 2014 teria levantado US\$ 252 bilhões. Cálculos da Oxfam com base em dados da Forbes (todos os preços em dólares de 2005).
20. Uma taxa de 1,5% sobre a fortuna dos bilionários com mais de US\$ 1 bilhão em 2014 levantaria US\$ 74 bilhões, calculados de acordo com dados da Forbes sobre a riqueza de 4 de agosto de 2014. O custo para fornecer educação básica universal é de US\$ 26 bilhões por ano, segundo a Unesco, e para fornecer cobertura universal de saúde é de US\$ 37 bilhões, segundo a OMS.

21. Para obter os coeficientes de Gini, os autores consideraram o número de pessoas pobres e a relação renda/consumo média para 2010 e estabeleceram qual coeficiente de Gini é compatível com aqueles dois números, se a relação renda/consumo tem uma distribuição “log” normal no país (ou seja, se o log renda/consumo segue uma curva em sino). Os coeficientes de Gini eram: Índia (0,34), Indonésia (0,34) e Quênia (0,42). Para as projeções PIB/*per capita*, os autores usaram as Perspectivas da Economia Mundial do FMI de abril de 2014 com números de PPC em dólar corrente, ajustados com base na inflação dos EUA de acordo com o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) em 2010–2012. Para as projeções sobre pobreza, os autores recorreram aos dados do The Brookings Institution, usando a planilha eletrônica Brookings: ‘Análises sobre população pobre e proporção dessa população em relação à população total do País – 14–05’, recebidas em 21 de julho de 2014, exceto a contagem populacional para China, Índia, Indonésia, do e-mail de Chandy de 22 de julho de 2104. Médias para 2010 da planilha eletrônica do Brookings: ‘Médias de pobreza_2010’, recebidas em 22 de julho de 2014. Fatores de conversão do crescimento do PIB/*per capita* para a média do crescimento consumo/renda de L. Chandy, N. Ledlie e V. Penciakova (2013), op. cit., p. 17. Para essas projeções, os autores usaram a linha de pobreza extrema global de US\$ 1,79 em dólares de 2011 (US\$ 1,55 em dólares de 2005), por causa do ajuste previsto na linha de pobreza extrema global (acima de US\$ 1,25). O valor de US\$ 1,79 foi calculado pelo The Brookings Institution baseado em novos dados do Programa de Comparação Internacional de Preços e da metodologia para linha de pobreza extrema do Banco Mundial. Para mais informações, consulte: <<http://brookings.edu/blogs/up-front/posts/2014/05/05-data-extreme-poverty-chandy-kharas>>.
22. Ibid.
23. L. Chandy, N. Ledlie e V. Penciakova (2013). ‘The Final Countdown: Prospects for Ending Extreme Poverty By 2030’, Washington, D.C.: The Brookings Institution. *Link*: <http://brookings.edu/-/media/Research/Files/Reports/2013/04/ending%20extreme%20poverty%20chandy/The_Final_Countdown.pdf>.
24. Africa Progress Panel (2013). ‘Africa Progress Report 2013: Equity in Extractives – Stewarding Africa’s natural resources for all’, Genebra: Painel para o Progresso da África. *Link*: <http://africaprogresspanel.org/wp-content/uploads/2013/08/2013_APR_Equity_in_Extractives_25062013_ENG_HR.pdf>.
25. K. Deininger e L. Squire (1998). ‘New ways of looking at old issues: inequality and growth’, *Journal of Development Economics*, 57(2):259–287. A. Alesina e D. Rodrik (1994). ‘Distributive Politics and Economic Growth’, *The Quarterly Journal of Economics* 109(2):465–90. R. Benabou (1996). ‘Inequality and Growth’, Documento de Trabalho 96–22, Centro C.V. Star de Economia Aplicada, Nova York: Universidade de Nova York. *Link*: <<http://econ.as.nyu.edu/docs/ID/9383/RR96-22.PDF>>. A. Banerjee e E. Duflo (2003). ‘Inequality and Growth: What can the data say?’, Documentos de Trabalho NBER, Cambridge: Bureau Nacional de Pesquisas Econômicas. *Link*: <<http://nber.org/papers/w7793>>. J. Ostry, A. Berg e C. Tsangarides (2014). ‘Redistribution, Inequality and Growth’, texto para discussão de equipe do FMI, FMI. *Link*: <<http://imf.org/external/pubs/ft/sdn/2014/sdn1402.pdf>>. Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) (2014). ‘ADB’s support for inclusive growth’, Thematic Evaluation Study, ADB. *Link*: <<http://adb.org/documents/adbs-support-inclusive-growth>>.
26. Veja, por exemplo, A. Berg e D. Ostry (2011). ‘Warning! Inequality May Be Hazardous to Your Growth’. *Link*: <<http://blog-imfdirect.imf.org/2011/04/08/inequality-and-growth>>. T. Persson e G. Tabellini (1994). ‘Is Inequality Harmful for Growth?’, *American Economic Review* 84(3): 600–621. A. Alesina e D. Rodrik (1994). ‘Distributive Politics and Economic Growth’, *The Quarterly Journal of Economics* (1994) 109 (2): 465–90.
27. M. Kumhof e R. Rancière (2010). ‘Inequality, Leverage and Crises’, Documento de Trabalho do FMI. *Link*: <<http://imf.org/external/pubs/ft/wp/2010/wp10268.pdf>>.
28. F. Ferreira e M. Ravallion (2008). ‘Global Poverty and Inequality: A review of the evidence’, Documento de Trabalho de Pesquisa sobre Políticas Públicas 4623, Washington, D.C.: Equipe de Estudos sobre a Pobreza do Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento do Banco Mundial. *Link*: <<http://elibrary.worldbank.org/doi/pdf/10.1596/1813-9450-4623>>.
29. Dados baseados no Banco Mundial: ‘World Development Indicators’. *Link*: <<http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>>.
30. E. Stuart (2011). ‘Making Growth Inclusive’, Oxford: Oxfam International. *Link*: <<http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/making-growth-inclusive-some-lessons-from-countries-and-the-literature-128736>>. R. Gower, C. Pearce e K. Raworth (2012). ‘Left Behind By the G20? How inequality and environmental degradation threaten to exclude poor people from the benefits of economic growth’, Oxford: Oxfam International. *Link*: <http://oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp157-left-behind-by-the-g20-190112-en_4.pdf>.
31. F. Ferreira e M. Ravallion (2008). ‘Global Poverty and Inequality: A review of the evidence’, Documento de Trabalho de Pesquisa sobre Políticas Públicas 4623, Washington, D.C.: Equipe de Estudos sobre a Pobreza do Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento do Banco Mundial. *Link*: <<http://elibrary.worldbank.org/doi/pdf/10.1596/1813-9450-4623>>.
32. F. Ferreira e M. Ravallion (2008). ‘Global Poverty and Inequality: A review of the evidence’, Documento de Trabalho de Pesquisa sobre Políticas Públicas 4623, Washington, D.C.: Equipe de Estudos sobre a Pobreza do Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento do Banco Mundial. *Link*: <<http://elibrary.worldbank.org/doi/pdf/10.1596/1813-9450-4623>>.
33. R. Wilkinson e K. Pickett (2010). *The Spirit Level: Why Equality is Better for Everyone*, p. 59, Londres: Penguin.
34. E. Godoy (2010). ‘Millennium Goals Far Off for México’s Indigenous Population’, *Inter Press Service*, 18 de outubro. *Link*: <<http://ipsnews.net/2010/10/millennium-goals-far-off-for-mexicos-indigenous-population>>.
35. Programa de Pesquisas Demográficas e de Saúde. *Link*: <<http://dhsprogram.com/Data>>.
36. Programa de Pesquisas Demográficas e de Saúde (2011). ‘Ethiopia: Standard DHS, 2011’. *Link*: <<http://dhsprogram.com/what-we-do/survey/survey-display-359.cfm>>.
37. R. Wilkinson (2011). ‘How economic inequality harms societies’, TED Talk. *Link*: <http://ted.com/talks/richard_wilkinson>.
38. M. Corak (2012). ‘Inequality from Generation to Generation: The United States in Comparison’. *Link*: <<http://milesorak.files.wordpress.com/2012/01/inequality-from-generation-to-generation-the-united-states-in-comparison-v3.pdf>>.

39. S. A. Javed e M. Irfan (2012). 'Intergenerational Mobility: Evidence from Pakistan Panel Household Survey', Islamabad: Pakistan Institute of Development Economics, p. 13–14. *Link:* <<http://pide.org.pk/pdf/PSDPS/PSDPS%20Paper-5.pdf>>.
40. J. Stiglitz (2012). *The Price of Inequality: How Today's Divided Society Endangers Our Future*, Penguin, p. 23.
41. N. Hanauer (2014). 'The Pitchforks are Coming... For Us Plutocrats'. *Link:* <http://politico.com/magazine/story/2014/06/the-pitchforks-are-coming-for-us-plutocrats-108014.html#.U_S56MvdVfY>.
42. Fórum Econômico Mundial (2014). 'Global Risks 2014', Suíça: Fórum Econômico Mundial, p. 9. *Link:* <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalRisks_Report_2014.pdf>.
43. S. V. Subramanian e I. Kawachi (2006). 'Whose health is affected by income inequality? A multilevel interaction analysis of contemporaneous and lagged effects of state income inequality on individual self-rated health in the United States', *Health and Place*, 2006 Jun;12(2): 141–56.
44. R. Wilkinson e K. Pickett (2010), op. cit., p.25. Pesquisa de Wilkinson e Pickett focada em países da OCDE (grupo de países ricos), mas a mesma correlação negativa entre a desigualdade e o bem-estar social se aplica a países mais pobres.
45. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) (2011). 'Global Study on Homicide', Viena: UNODC. *Link:* <http://unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/Homicide/Globa_study_on_homicide_2011_web.pdf>.
46. PNUD (2013). 'Human Development Report for Latin America 2013–2014', Nova York: PNUD. *Link:* <<http://latinamerica.undp.org/content/rblac/en/home/idh-regional>>.
47. J. Stiglitz (2012), op. cit., p. 105.
48. P. Engel, C. Sterbenz e G. Lubin (2013). 'The 50 Most Violent Cities in the World', *Business Insider*, 27 de Novembro. *Link:* <<http://businessinsider.com/the-most-violent-cities-in-the-world-2013-11?op=1>>.
49. PNUD (2013), op. cit.
50. T. Dodge (2012). 'After the Arab Spring: Power Shift in the Middle East?', LSE Ideas. *Link:* <<http://lse.ac.uk/IDEAS/publications/reports/SR011.aspx>>.
51. Latinobarómetro (2013). 'Latinobarómetro Report 2013'. *Link:* <<http://latinobarometro.org/latContents.jsp>>.
52. J. Stiglitz (2012), op. cit., p. 160.
53. Palestra na sessão de abertura do 27º Congresso Internacional do Ciriéc, em Sevilha, 22–24 de setembro de 2008. *Link:* <<https://sipa.columbia.edu/sites/default/files/j.1467-8292.2009.00389.x.pdf>>.
54. Para saber mais sobre o tema, consulte: T. Piketty (2014). *Capital in the 21st Century I*, Cambridge: Harvard University Press.
55. UNCTAD (2012). 'Trade and Development Report, 2012', Genebra: Organização das Nações Unidas, p. V. *Link:* <<http://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=210>>.
56. K. Watkins (1998). 'Economic Growth with Equity: Lessons from East Asia', Oxford: Oxfam, p. 75. *Link:* <<http://oxf.am/RHx>>.
57. D. Ukhova (2014). 'After Equality: Inequality trends and policy responses in contemporary Russia', Oxford: Oxfam. *Link:* <<http://oxf.am/gML>>.
58. M. Carney (2014). 'Inclusive Capitalism: Creating a sense of the systemic', discurso proferido por Mark Carney, presidente do Banco da Inglaterra, na Conferência sobre o Capitalismo Inclusivo, em Londres, 27 de maio.
59. M. F. Davis (2012). 'Occupy Wall Street and international human rights', School of Law Faculty Publications, artigo 191. *Link:* <<http://hdl.handle.net/2047/d20002577>>.
60. S. Tavernise (2010). 'Pakistan's Elite Pay Few Taxes, Widening Gap', *New York Times*. *Link:* <<http://nytimes.com/2010/07/19/world/asia/19taxes.html?pagewanted=all&r=0>>.
61. M. Wolf, K. Haar e O. Hoedeman (2014). 'The Fire Power of the Financial Lobby: A Survey of the Size of the Financial Lobby at the EU level', Corporate Europe Observatory, The Austrian Federal Chamber of Labour e The Austrian Trade Union Federation. *Link:* <http://corporateeurope.org/sites/default/files/attachments/financia_lobby_report.pdf>.
62. O quase monopólio de Carlos Slim sobre serviços de telefonia e *internet* cobra alguns dos preços mais elevados da OCDE, o que prejudica o acesso dos mais pobres. OECD (2012). 'OECD Review of Telecommunication Policy and Regulation in Mexico', OECD Publishing. *Link:* <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264060111-en>>.
63. IDH (2014). 'Raising wages for tea industry workers', estudo de caso. *Link:* <www.idhsustainabletrade.com/site/getfile.php?id=497>.
64. UNRISD (2010). 'Combating Poverty and Inequality', Genebra: UNRISD/UN Publications. *Link:* <<http://unrisd.org/publications/cpi>>.
65. Além dos milhões de homens e mulheres cujo sustento depende de rendimentos assalariados, cerca de 1,5 bilhão de famílias dependem de pequenos criadores ou da agricultura familiar (incluindo pecuaristas, pescadores e outros produtores de alimentos em pequena escala). Embora a Oxfam trabalhe extensivamente em apoio a pequenos agricultores – veja, por exemplo, Oxfam (2011): 'Growing a Better Future: Food justice in a resource-constrained world', Oxfam, *Link:* <<http://oxfam.org/en/grow/countries/growing-better-future>> –, este relatório está focado principalmente nos problemas enfrentados por pessoas com baixos rendimentos de trabalho assalariado.
66. J. Ghosh (2013). 'A Brief Empirical Note of the Recent Behaviour of Factor Shares in National Income', *Global & Local Economic Review*, Vol. 17(1), p. 146. *Link:* <http://gler.it/archivio/ISSUE/gler_17_1.pdf>.
67. High Pay Centre. *Link:* <<http://highpaycentre.org>> (acesso em agosto de 2014).
68. Living Wage Foundation. 'Living Wage Employers'. *Link:* <<http://livingwage.org.uk/employers>>.
69. P. De Wet (2014). 'Mining strike: The bosses eat, but we are starving', *Mail & Guardian*. *Link:* <<http://mg.co.za/article/2014-05-15-mining-strike-the-bosses-eat-but-we-are-starving>>.
70. International Trade Union Congress (2014). 'Frontlines Report', ITUC. *Link:* <<http://ituc-csi.org/frontlines-report-february-2014-14549?lang=en>>.

71. R. Wilshaw *et al.* (2013). 'Labour Rights in Unilever's Supply Chain: From compliance to good practice', Oxfam. *Link*: <<http://oxfam.org/en/research/labor-rights-unilevers-supply-chain>>. R. Wilshaw (2013). 'Exploring the Links between International Business and Poverty Reduction: Bouquets and beans from Kenya', Oxfam e IPL. *Link*: <<http://oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/rr-exploring-links-ipl-poverty-footprint-090513-en.pdf>>. IDH (2013). 'Understanding Wage Issues in the Tea Industry, Oxfam and Ethical Tea Partnership', Oxfam. *Link*: <<http://oxfam.org/en/grow/policy/understanding-wage-issues-tea-industry>>.
72. OIT (2011). 'A new era of social justice, Report of the Director-General, Report I(A)', Conferência Internacional do Trabalho, 100ª Sessão, Genebra, 2011.
73. L. Mishel e M. Walters (2003). 'How Unions Help all Workers', EPI. *Link*: <http://epi.org/publication/briefingpapers_bp143>.
74. Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Brasil. *Link*: <<http://ipeadata.gov.br>>. Para o acesso a um conjunto de dados *on-line* produzido pelo Ipea, veja também o *link*: <<http://dieese.org.br>>.
75. Economist Intelligence Unit (2013). 'Ecuador: Quick View – Minimum wage rise in the pipeline', *The Economist*. *Link*: <<http://country.eiu.com/ArticleIndustry.aspx?articleid=1101039494&Country=Ecuador&topic=Industry&subtopic=Consumer%20goods>>.
76. S. Butler (2014). 'Chinese shoppers' spend could double to £3.5tn in four years', *The Guardian*. *Link*: <<http://theguardian.com/business/2014/jun/03/chinese-shoppers-spend-double-four-years-clothing-western-retailers>>.
77. Wagemark. 'A brief history of wage ratios'. *Link*: <<https://www.wagemark.org/about/history>>.
78. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2014). 'Compacts for Equality: Towards a sustainable future', Thirty Fifth Session of ECLAC. *Link*: <http://cepal.org/publicaciones/xml/8/52718/SES35_CompactsforEquality.pdf>. O coeficiente de Gini é uma medida da desigualdade, na qual o zero representa a igualdade total (todos com uma parcela igual) e 1 significa que 1 pessoa detém tudo.
79. J. Watts (2013). 'Brazil protests: president to hold emergency meeting', *The Guardian*. *Link*: <<http://theguardian.com/world/2013/jun/21/brazil-protests-president-emergency-meeting>>.
80. D. Itriago (2011). 'Owning Development: Taxation to fight poverty', Oxford: Oxfam. *Link*: <<http://oxf.am/wN4>>. FMI (2014). 'Fiscal Policy and Income Inequality', IMF Policy Paper, figura 8, Washington, DC: FMI. *Link*: <<http://imf.org/external/np/pp/eng/2014/012314.pdf>>.
81. Novos cálculos da Oxfam baseados nos cálculos do FMI sobre capacidade e esforços tributários. Foi realizada uma simulação para estimar quanta receita poderia ser arrecadada se a defasagem na receita fiscal fosse reduzida em 50% até 2020, supondo-se que o PIB (na cotação atual do dólar) cresça na mesma média de crescimento anual registrada para o biênio 2011–2012 e que a capacidade tributária permaneça constante no nível apresentado pelos números do FMI.
82. Institute of Policy Analysis and Research-Rwanda (2011). 'East African Taxation Project: Rwanda Country Case Study', IPAR-Rwanda. *Link*: <http://actionaidusa.org/sites/files/actionaid/rwanda_case_study_report.pdf>.
83. Veja US Senate Committee, Homeland Security and Governmental Affairs (2013) 'Permanent Sub-Committee on Investigations', Relatório sobre Oitiva de maio de 2013, 15 de outubro de 2013'. *Link*: <<http://hsgac.senate.gov/subcommittees/investigations/media/levin-mccain-statement-on-irelands-decision-to-reform-its-tax-rules>>.
84. Veja: UK Parliament, Public Accounts Committee inquiry, HM Revenue and Customs Annual Report and Accounts, Inquiry Tax Avoidance by Multinational Companies, novembro de 2012. *Link*: <<http://publications.parliament.uk/pa/cm201213/cmselect/cmpublicacc/716/71605.htm>>.
85. Para todos os detalhes sobre os cálculos da Oxfam e a metodologia usada, veja: Oxfam (2013). 'Tax on the 'private' billions now stashed away in havens enough to end extreme world poverty twice over', 22 de maio. *Link*: <<http://oxfam.org/en/pressroom/pressreleases/2013-05-22/tax-private-billions-now-stashed-away-havens-enough-end-extreme>>.
86. C. Adams (1993). *For Good and Evil: The Impact of Taxes on the Course of Civilization*, Lanham: Madison Books.
87. Presidente Obama, Remarks by the President on International Tax Policy Reform, 4 de maio de 2009. *Link*: <http://whitehouse.gov/the_press_office/Remarks-By-The-President-On-International-Tax-Policy-Reform>.
88. EquityBD (2014). 'Who Will Bell the Cat? Revenue Mobilization, Capital Flight and MNC's Tax Evasion in Bangladesh', declaração de posicionamento, Daca: Grupo de Trabalho sobre Equidade e Justiça. *Link*: <<http://equitybd.org/onlinerecords/mnutaxjustice>>. Veja também: C. Godfrey (2014). 'Business among friends: Why corporate tax dodgers are not yet losing sleep over global tax reform', Oxford: Oxfam. *Link*: <<http://oxf.am/chP>>.
89. Análise do Fórum Civil, parceiro da Oxfam no Senegal, trabalhando por uma tributação justa. *Link*: <<http://forumcivil.net/programme-craft>>.
90. Para mais detalhes, veja: C. Godfrey (2014), op. cit.
91. FMI (2014). 'Spillovers in International Corporate Taxation', Documento do FMI sobre Políticas Públicas. *Link*: <<http://imf.org/external/np/pp/eng/2014/050914.pdf>>.
92. S. Picciotto. 'Towards Unitary Taxation of Transnational Corporations'. Rede de Justiça Social (dezembro de 2012). *Link*: <http://taxjustice.net/cms/upload/pdf/Towards_Unitary_Taxation_1-1.pdf>.
93. A Comissão Europeia propôs um imposto de 0,1% sobre transações de ações e títulos e de 0,01% sobre derivativos. *Link*: <http://ec.europa.eu/taxation_customs/taxation/other_taxes/finacial_sector/index_en.htm>. O Instituto Alemão de Pesquisa Econômica (DIW) calculou que isso arrecadaria € 37,4 bilhões. *Link*: <http://diw.de/documents/publikationen/73/diw_01.c.405812.de/diwkompakt_2012-064.pdf>.
94. Um imposto de 1,5% sobre a riqueza dos bilionários acima de US\$ 1 bilhão em 2014 arrecadaria US\$ 74 bilhões, segundo cálculos com uso de dados sobre a riqueza da Forbes a partir de 4 de agosto de 2014. O custo do Acesso Universal à Educação Fundamental é de US\$ 26 bilhões por ano, de acordo com a Unesco, e o do Acesso Universal à Saúde é de US\$ 37 bilhões, segundo a OMS.

95. G. Verbist, M. F. Förster e M. Vaalavuo (2012). 'The Impact of Publicly Provided Services on the Distribution of Resources: Review of New Results and Methods', OCDE. Documentos de Trabalho sobre Questões Sociais, Emprego e Migração no 130, publicação da OCDE, pág. 60. *Link*: <http://oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/the-impact-of-publicly-provided-services-on-the-distribution-of-resources_5k9h363c5szq-en>.
96. N. Lustig (2012). 'Taxes, Transfers, and Income Redistribution in Latin America', *Inequality in Focus* Volume 1(2): julho de 2012, Banco Mundial. *Link*: <<http://siteresources.worldbank.org/EXTPOVERTY/Resources/InequalityInFocusJuly2012FINAL.pdf>>.
97. Secretaria da OCDE (2010). 'Growth, Employment and Inequality in Brazil, China, India and South Africa: An Overview', OCDE. *Link*: <<http://oecd.org/employment/emp/45282661.pdf>>. Ramos também demonstrou que, entre 1995 e 2005, a educação foi o elemento mais importante para explicar a queda da desigualdade salarial no Brasil. Ver: Ramos (2006). "Desigualdade de rendimentos do trabalho no Brasil de 1995 a 2005", em R. Barros, M. Foguel e G. Ulyssea (orgs.). *Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil*, Brasília: Ipea.
98. H. Lee, M. Lee e D. Park (2012). 'Growth Policy and Inequality in Developing Asia: Lesson from Korea', ERIA. Série de Trabalhos para Discussão. *Link*: <<http://eria.org/ERIA-DP-2012-12.pdf>>.
99. K. Xu *et al.* (2007). 'Protecting households from catastrophic health spending', *Health Affairs*, 26(4): 972–83.
100. C. Riep (2014). 'Omega Schools Franchise in Ghana: "affordable" private education for the poor or for-profitteering?', em I. Macpherson, S. Robertson e G. Walford (orgs.) (2014). *Education, Privatisation and Social Justice: case studies from Africa, South Asia and South east Asia [Educação, Privatização e Justiça Social: estudos de caso da África e do sul e sudeste asiáticos]*, Oxford: Symposium Books. *Link*: <<http://symposium-books.co.uk/books/bookdetails.asp?bid=88>>.
101. A pesquisa realizada pelo magistrado Qureshi concluiu que os hospitais corporativos da Índia eram "máquinas de fazer dinheiro". Em Qureshi, A.S. (2001). 'High Level Committee for Hospitals in Delhi', Nova Délhi: relatório não publicado do governo de Délhi.
102. A. Marriott (2014). 'A Dangerous Diversion: will the IFC's flagship health PPP bankrupt Lesotho's Ministry of Health?', Oxfam. *Link*: <<http://oxf.am/5QA>>.
103. A. Marriott (2009). 'Blind Optimism: Challenging the myths about private health care in poor countries', Oxford: Oxfam. *Link*: <<http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/blind-optimism-challenging-the-myths-about-private-health-care-in-poor-countries-114093>>. Banco Mundial (2008). 'The Business of Health in Africa: Partnering with the Private Sector to Improve People's Lives', International Finance Corporation, Washington, DC: Banco Mundial. *Link*: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/2008/01/9526453/business-health-africa-partnering-private-sector-improve-peoples-lives>>.
104. R. Rannan-Eliya e A. Somantnan (2005). 'Access of the Very Poor to Health Services in Asia: Evidence on the role of health systems from Equitap', RU: Health Systems Resource Centre DFID. *Link*: <<http://eldis.org/go/home&id=19917&type=Document#.VBbtVsJdVfy>>.
105. A. Cha e A. Budovich (2012). 'Sofosbuvir: A New Oral Once-Daily Agent for The Treatment of Hepatitis C Virus Infection', *Pharmacy & Therapeutics* 39(5): 345–352. *Link*: <<http://ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4029125>>.
106. Jim Yong Kim. Speech by World Bank Group President Jim Yong Kim at the Government of Japan-World Bank Conference on Universal Health Coverage, Tóquio, 6 de dezembro de 2013. *Link*: <<http://worldbank.org/en/news/speech/2013/12/06/speech-world-bank-group-president-jim-yong-kim-government-japan-conference-universal-health-coverage>>.
107. S. Limwattananon *et al.* (2011). 'The equity impact of Universal Coverage: health care finance, catastrophic health expenditure, utilization and government subsidies in Thailand', Consórcio para Pesquisas sobre Sistemas de Saúde, Ministério de Saúde Pública. *Link*: <<http://r4d.dfid.gov.uk/Output/188980>>.
108. Veja BBC News, Business (2013). 'Novartis: India rejects patent plea for cancer drug Glivec', 1º de abril de 2013. *Link*: <<http://bbc.co.uk/news/business-21991179>>.
109. L. Bategeka e N. Okurut (2005). 'Universal Primary Education: Uganda', Policy brief 10, Londres: Overseas Development Institute (ODI). *Link*: <<http://odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/4072.pdf>>.
110. B. Bruns, D. Evans e J. Luque (2012). 'Achieving World Class Education in Brazil: The Next Agenda', Washington DC: Banco Mundial. *Link*: <http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1293020543041/FReport_Achieving_World_Class_Education_Brazil_Dec2010.pdf>.
111. K. Watkins e W. Alemayehu (2012). 'Financing for a Fairer, More Prosperous Kenya: A review of the public spending challenges and options for selected Arid and Semi-Arid counties', The Brookings Institution. *Link*: <<http://brookings.edu/research/reports/2012/08/financing-kenya-watkins>>.
112. G. Ahobamuteze, C. Dom e R. Purcell (2006). 'Rwanda Country Report: A Joint Evaluation of General Budget Support 1994–2004'. *Link*: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/67830/gbs-rwanda.pdf>.
113. Z. Chande (2009). 'The Katete Social Pension', relatório não publicado para a HelpAge International, citado em S. Kidd (2009): 'Equal pensions, Equal rights: Achieving universal pension coverage for older women and men in developing countries', *Gender & Development*, 17: 3, 377–88. *Link*: <<http://dx.doi.org/10.1080/13552070903298337>>.
114. OIT (2014). 'World Social Protection Report 2014/15: Building economic recovery, inclusive development and social justice', Genebra: OIT. *Link*: <http://ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_245201.pdf>.
115. OIT (2008). 'Can low-income countries afford basic social security?'. Social Security Policy Briefings, Genebra, OIT. *Link*: <http://ilo.org/public/libdoc/ilo/2008/108809_73_engl.pdf>.
116. S. Wakefield (2014). 'The G20 and Gender Equality: How the G20 can advance women's rights in employment, social protection and fiscal policies', Oxford: Oxfam International e Fundação Heinrich Böll, pág. 7. *Link*: <<http://oxf.am/m69>>.

117. Veja: A. Elomäki (2012). 'The price of austerity – the impact on women's rights and gender equality in Europe', European Women's Lobby. *Link*: <http://womenlobby.org/spip.php?action=acceder_documento&arg=2053&clic=71883f01c9eac4e73e839bb512c87e564b5dc735&file=pdf%2Fthe_price_of_austerity_-_web_edition.pdf>.
118. A. Elomäki (2012), op. cit. Em 2010, a taxa de emprego entre as mulheres com filhos pequenos era 12,7% menor do que entre as mulheres sem filhos. Em 2008, essa taxa era 11,5% menor. Em 2010, 28,3% da inatividade econômica e de trabalho de meio período entre as mulheres se explicava pela falta de serviços de prestação de cuidados. Em 2009, o percentual foi de 27,9%. Em alguns países, o impacto da falta de serviços de prestação de cuidados aumentou significativamente. Na Bulgária, chegou até 31,3% em 2010, enquanto em 2008 foi de 20,8%. Na República Tcheca, passou de 13,3% para 16,7%.
119. I. Osei-Akoto, R. Darko Osei e E. Aryeetey (2009). 'Gender and Indirect tax incidence in Ghana', Institute of Statistical, Social and Economic Research (ISSER), University of Ghana, citado em J. Leithbridge (2012). 'How women are being affected by the Global Economic Crisis and austerity measures', Unidade de Pesquisa Internacional de Serviços Públicos, Universidade de Greenwich. *Link*: <http://congress.world-psi.org/sites/default/files/upload/event/EN_PSI_Crisis_Impact_Austerity_on_Women.pdf>.
120. D. Elson e R. Sharp (2010). 'Gender-responsive budgeting and women's poverty', em: S. Chant (ed.) (2010) International Handbook of Gender and Poverty: Concepts, Research, Policy, Cheltenham: Edward Elgar, p.524–25.
121. P. Fortin, L. Godbout e S. St-Cerny (2012). 'Impact of Quebec's Universal Low Fee Childcare Program on Female Labour force Participation, Domestic Income and Government Budgets', Universidade de Sherbrooke, Documento de Trabalho 2012/02. *Link*: <http://usherbrooke.ca/chaire-fiscalite/fileadmin/sites/chaire-fiscalite/documents/Cahiers-de-recherche/Etude_femmes_ANGLAIS.pdf>.
122. W. Wilson (2012). 'Just Don't Call Her Che', The New York Times. *Link*: <<http://www.nytimes.com/2012/01/29/opinion/sunday/student-protests-rile-chile.html?pagewanted=all&r=0>>.
123. CIVICUS (2014). 'State of Civil Society Report 2014: Reimagining Global Governance'. *Link*: <http://socs.civicus.org/wp-content/uploads/2013/04/2013StateofCivilSocietyReport_full.pdf>.
124. Pesquisa da Oxfam no mundo todo revela a crença de muitos de que as leis e as regulamentações são atualmente elaboradas para beneficiar os ricos. Uma pesquisa feita em seis países (Espanha, Brasil, Índia, África do Sul, Reino Unido e EUA) mostrou que a maioria das pessoas acredita que as leis são desiguais e favorecem os ricos. Na Espanha, 8 entre 10 pessoas concordam com essa declaração. Veja também Latinobarómetro 2013. *Link*: <<http://latinobarometro.org/latNewsShow.jsp>>.
125. OECD (2014). 'Society at a Glance: OECD Social Indicators'. *Link*: <<http://oecd.org/berlin/47570121.pdf>>.
126. CIVICUS, Civil Society Profile. Chile. *Link*: <<http://socs.civicus.org/CountryCivilSocietyProfiles/Chile.pdf>>.
127. G. Long (2014). 'Chile's student leaders come of age', BBC News. *Link*: <<http://bbc.co.uk/news/world-latin-america-26525140>>.
128. CIVICUS (2014). 'Citizens in Action 2011: Protest as Process in The Year of Dissent', p. 53. *Link*: <<http://civicus.org/cdn/2011SOCReport/Participation.pdf>>.

A imensa distância entre ricos e pobres está em um ponto crucial. Ela tanto pode aprofundar-se ainda mais, colocando em risco os esforços para reduzir a pobreza ou podemos fazer mudanças concretas agora para revertê-la. Este valoroso relatório da Oxfam é um levantamento dos problemas causados pela extrema desigualdade e das opções políticas que os governos podem adotar para construir um mundo mais justo, com igualdade de oportunidades para todos nós. Este relatório é um chamado à ação para um bem comum. Precisamos atender esse chamado.

KOFI ANNAN

Presidente do Africa Progress Panel,
ex-secretário-geral das Nações Unidas e ganhador do Prêmio Nobel

A Oxfam é uma confederação internacional de 17 organizações que trabalham juntas em mais de 90 países para encontrar soluções duradouras para a pobreza e a injustiça:

Oxfam América www.oxfamamerica.org
Oxfam Austrália www.oxfam.org.au
Oxfam-in-Belgium www.oxfamsol.be
Oxfam Canadá www.oxfam.ca
Oxfam França www.oxfamfrance.org
Oxfam Alemanha www.oxfam.de
Oxfam GB www.oxfam.org.uk
Oxfam Hong Kong www.oxfam.org.hk
Oxfam Índia www.oxfamindia.org
Intermón Oxfam www.intermonoxfam.org
Oxfam Irlanda www.oxfamireland.org
Oxfam México www.oxfammexico.org
Oxfam Nova Zelândia www.oxfam.org.nz
Oxfam Novib www.oxfamnovib.nl
Oxfam Quebec www.oxfam.qc.ca
Oxfam Japão www.oxfam.jp
Oxfam Itália www.oxfamitalia.org

Para maiores informações, por favor, escreva para advocacy@oxfaminternational.org, ou visite a nossa página, www.oxfam.org

© Oxfam Internacional outubro 2014

O relatório completo e outras informações sobre a campanha 'Equilibre o jogo!' podem ser acessados em inglês no seguinte endereço: www.oxfam.org/even-it-up

Esta publicação possui direitos autorais mas o texto pode ser usado gratuitamente para fins de defesa de direitos, campanhas, educação e pesquisa, desde que sua fonte seja citada integralmente. Os detentores dos direitos autorais requerem que todos os usos dessa natureza sejam registrados junto a eles para fins de avaliação de impacto. Para cópias em qualquer outra circunstância, para reutilização em outras publicações, para tradução ou adaptação, deve ser solicitada permissão e uma taxa pode ser cobrada.

E-mail publish@oxfam.org.uk

As informações contidas neste documento foram cuidadosamente revisadas antes da sua impressão.



Publicada pela Oxfam GB para a Oxfam Internacional sob ISBN 978-1-78077-728-3 em.

Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, UK.

Oxfam GB está registrada como uma organização sem fins lucrativos na Inglaterra e no País de Gales (nº 202918) e na Escócia (SCO 039042). Oxfam GB é membro da Oxfam Internacional.